

**Acta nº5/2007**

Aprovada em 28/4/2008

**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
COIMBRA REALIZADA EM VINTE UM  
DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE**

No dia vinte um de Dezembro de dois mil e sete, teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a quinta sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2 – Câmara Municipal de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008;**

**Ponto 3 - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008;**

**Ponto 4 – Taxa municipal de direitos de passagem-2008;**

**Ponto 5 – Rede Internacional de Cidades Educadoras - adesão;**

**Ponto 6 - Grupo Amador de Teatro de Taveiro - adenda ao Protocolo;**

**Ponto 7 - Auditoria externa-informação sobre a situação económica e financeira do Município;**

**Ponto 8 - Coimbra Viva SRU-Sociedade de Reabilitação Urbana, SA - isenção de taxas.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

**Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):**

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Carlos Alberto Nunes da Silva, João Pedro da Fonseca Pinto, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel de Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, Francisco José Batista Veiga, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José Jesus Cândido, João Paulo Barbosa de Melo, Maria Helena Cavaleiro Moura Ramos e Paulo Luís Cunha Almeida.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, José Manuel Rodrigues Passeiro, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Gomes da Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Gaspar Barroca, Ricardo Luís Morais Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

António Reis Marques, Isabel Maria Nobre Vargues, Abílio Vassalo de Abreu, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante, João André Brás Tralhão, Maria Irene Rodrigues Ferreira, José Manuel Ferreira da Silva e Maria do Carmo Correia Santos,

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, José Miguel Pacheco Gonçalves e Tiago Alexandre Ferraz Vieira.  
 Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Catarina Isabel Caldeira Martins e Serafim José dos Santos Duarte.

**Independente**

Maria Reina Martin Pimpão.

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Luís Nuno Ranito Costa Previdência, Mário Mendes Nunes e Álvaro Santos Carvalho Seco.

**MESA:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto, que foi secretariado por Isabel Maria Nobre Vargues como Primeiro Secretário e Carlos Alberto Sousa Ferreira, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, pelo período de 10 dias com início a 20 do corrente;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PSD/CDS/PP) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra –João Pedro da Fonseca Pinto.

-Deputada municipal, Maria Ângela Duarte Pinto Correia, pelo período de 10 dias com início a 20 do corrente;

-Deputado municipal José Augusto Correia Brito Xavier, pelo período de 8 dias com início a 19 do corrente;

Nos termos do nº1 artº79º do mesma diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – Maria do Carmo Correia dos Santos, Maria Irene Rodrigues Ferreira.

Deputada municipal, Margarida Maria Rodrigues Viegas, pelo período de 10 dias com início a 19 de Dezembro corrente

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (CDU) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – Tiago Alexandre Ferraz Vieira.

**Intervenção do Representante do Sindicato sobre a Fábrica da Ceres**

"Senhor Presidente da Assembleia

Senhor Presidente da Câmara

Caros amigos da Ceres

É uma delegação que aqui está mandatada pelo plenário com uma palavra de apreço e de muito carinho para vocês, pelo empenho que têm tido neste ano e meio, no sentido da Ceres não fechar as suas portas.

Quando decidimos vir a esta Assembleia, ficámos em dúvida do que viríamos aqui dizer, se o apelo formulado por esta representação sindical em nome dos trabalhadores da Ceres, ou pelo empenho desta Assembleia no sentido da Ceres não feche as suas portas.

Vir aqui, por ventura, pedir responsabilidades à Autarquia por um trabalho mais ou menos empenhado, todas estas dúvidas que tivemos deixamo-las de parte e iniciamos a opção de vos trazer aqui em breves minutos a situação desta empresa.

Falamos de uma empresa com muitos anos de actividade no concelho de Coimbra, tem duzentos trabalhadores. A empresa não fechou as suas portas, encerrou a sua elaboração em Julho de 2006, por motivos de grandes dificuldades nomeadamente as dívidas fiscais e as dívidas à Segurança Social e a alguns fornecedores num passivo que não chega a atingir os sete milhões de euros. É a partir daqui que os problemas se colocam, os trabalhadores acreditando que era possível que a Ceres mantivesse a sua elaboração, optaram por suspender os seus contratos de trabalho, estão a receber o subsídio de desemprego, muitos deles estão na barreira de terminar a atribuição desse subsídio e o facto é que a empresa em Maio e Junho de 2006, esteve às portas da falência numa reunião no Governo Civil e que na altura o principal administrador levava um pedido de insolvência para o encerramento da Ceres. Foi nessa reunião que se conseguiu inverter toda essa situação de possibilidade de haver encerramento por insolvência solicitada pela administração da empresa, e um novo grupo apareceu e adquiriu a Ceres. A Ceres, hoje pertence a um novo grupo, a um novo conjunto de administradores e tinha perspectivado em abrir a sua elaboração em Dezembro de 2006. Estamos às portas de Janeiro de 2008, e francamente deixar-vos aqui esta nota que me parece preocupante.

Nós falamos de uma empresa com sete milhões de passivo, mas falamos de uma empresa que tem de património três vezes mais daquilo que é o passivo da empresa. A resposta da banca, segundo nós conhecemos, é que esse património não chega, portanto os terrenos não chegam para a banca, tem de haver outro tipo de garantias.

Desses duzentos trabalhadores, cerca de vinte sete estão ao serviço, são todos trabalhadores da área da manutenção, toda a maquinaria está em condições de começar a laborar.

Numa primeira fase já tudo abordado, num projecto cuidado pela administração e com o envolvimento do sindicato dos trabalhadores haveria uma entrada de uma centena de trabalhadores para a área do azulejo e numa segunda fase para a área do sanitário.

As minhas palavras dirigem-se aos senhores deputados desta Assembleia, solicitando em nome dos trabalhadores da Ceres e numa altura que tanto se fala de solidariedade de respeito pelos valores e pelos princípios, deixava aqui uma palavra de que esta Assembleia pudesse ter um maior empenho, mandatando o Executivo desta Câmara, para que junto da administração da empresa, junto da própria banca possa ter também um contributo importante para que Janeiro de 2008 fosse o anúncio da abertura da Ceres.

É este o nosso apelo que aqui deixamos em nome dos trabalhadores da Ceres e é também em nome deles que desejamos um Bom Natal, e que 2008 seja melhor com mais emprego com mais direitos com melhores salários e que Coimbra não esteja sujeita a tantos encerramentos e tanto fechar de portas."

**Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):**

"Começava por saudar, em nome da CDU, a persistência dos trabalhadores da Ceres, nesta luta pela reabertura da empresa e pela legítima recuperação dos seus postos de trabalho.

O senhor António Moreira já aqui disse algumas coisas mas eu não vou repetir.

A definição da reabertura da Ceres é uma preocupação crescente tanto mais que ao contrário de outras empresas a Ceres tem legitimado ao IAPMEI a sua reabertura uma vez que lhe foi conferida a viabilidade.

A Ceres tem duzentos trabalhadores à espera de retomar a sua actividade na empresa, tem as máquinas de laboração para arrancar, tem a viabilidade conferida pelo IAPMEI, uma entidade bancária disposta em assumir o financiamento da empresa, já para não dizer que o património da Ceres é superior ao passivo da dívida.

Os trabalhadores da Ceres ao longo deste ano e meio têm ansiado por uma solução definitiva, a tal luz ao fundo do túnel, pelo que se sabe do percurso desta luta e desta procura de solução, o túnel tem vindo a ser percorrido mas parece difícil acender essa tal luz que ponha fim à insegurança destes trabalhadores alguns deles em véspera de ficarem sem o subsídio do desemprego. O que falta, na nossa perspectiva, é vontade política do Governo, em primeiro lugar porque tem conhecimento da situação desde a aprovação dada pelo IAPMEI. Do Governo que tanta propaganda faz da criação das ditas empresas na hora, e que não quer ver que está na hora de desbloquear a situação da Ceres.

O Governo que é alertado pelo PCP, na Assembleia da República na pessoa dos deputados eleitos, neste caso do António Agostinho e do Filipe Lopes que tiveram a iniciativa não só de virem ao local inteirar-se da situação, como por via de procurar uma solução para o problema fizeram a entrega de dois requerimentos, um dirigido ao Ministro da Economia e outro dirigido ao Ministro Solidariedade da Segurança Social.

Recentemente, o Secretário-Geral Jerónimo de Sousa comprometeu-se com os trabalhadores, numa visita que fez e num plenário onde esteve presente de novo junto do Governo interceder, para que esta situação seja desbloqueada. Mas entende a CDU que Coimbra e as forças políticas do concelho têm também responsabilidade deste bloqueio que existe em retorno da reabertura da Ceres.

Portanto, importa que a Câmara Municipal de Coimbra mostre também vontade política para a solução deste problema.

Para isso e em nome da CDU, apela ao Sr. Presidente da Câmara para que desencadeie todos os esforços necessários junto do Governo no sentido de impedir que se encerre mais uma empresa do concelho de Coimbra e que os cerca dos duzentos trabalhadores venham a engrossar o já drástico número de desempregados deste País.

Já agora apelava também aos deputados desta Assembleia Municipal, mais especificamente aos grupos que elegeram nas últimas legislativas deputados que estão na Assembleia da República, nomeadamente do PS e do PSD, que lhe façam chegar a eles também estas preocupações e lembrar-lhes também aos eleitos por Coimbra do PS e PSD, que Coimbra continua no mapa e que não desapareceu após as eleições legislativas, por isso apelamos a todos os presentes no sentido de que a Ceres possa reabrir e que os seus trabalhadores possam regressar ao trabalho."

#### **Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):**

"Só para dizer que o Grupo do PS, está solidário com a luta dos trabalhadores da Ceres, e desde já nos comprometemos a fazer todos os esforços para que a nível central possam fazer algo que desbloqueie a situação e resolver o desemprego desta gente.

Portanto, a nossa solidariedade e empenho de tentar desbloquear esta situação naquilo que nós podemos fazer."

#### **Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu ("Por Coimbra"):**

"Em nome obviamente da maioria, queria antes de mais deixar uma palavra de solidariedade aos trabalhadores da Ceres, e dizer enquanto nós lamentaríamos que uma empresa de Coimbra fechasse as portas e nas condições em que tal viesse a acontecer.

No fundo poderia fazer minhas as palavras dos oradores que me antecederam tanto da CDU como do Partido Socialista.

Mas possivelmente os trabalhadores da Ceres não estão só à espera de palavras estão à espera de actos. A minha esperança é de que a Câmara tenha feito e o Sr. Presidente da Câmara continue a fazer tudo o que está ao alcance da Câmara para que este problema se resolva.

Julgo, que aqui está aberto um precedente que nós poderíamos fazer um desafio ao Governo.

O Sr. Ministro da Economia publicamente disse que tratou junto da banca para que se resolvesse o problema da Maconde, porque é que o Sr. Ministro da Economia não trata junto da banca, para que se resolva aqui também, o problema da Ceres. Porque é que há dois pesos e duas medidas?

Se o Sr. Ministro da Economia quer manter as empresas abertas, empresas que são viáveis, deve tomar neste caso e como outros e bem! Junto da banca as providências necessárias para que os apoios surtem e para que as empresas sejam viáveis. Julgo que aí os deputados do Partido Socialista têm uma obrigação de junto dos Ministros do seu partido fazerem chamar a razão."

#### **Intervenção do deputado municipal Serafim (BE):**

"Em nome do Bloco de Esquerda obviamente não podemos ter outra atitude que não seja de maior solidariedade com os trabalhadores da Ceres.

Dizer também, em relação a esta questão, que é uma empresa que nomeadamente que tanto quanto sabemos tem condições objectivas para laborar e ter sucesso empresarial, tem carteira de clientes, e portanto há aqui um problema que reside na obstinação por parte da banca em colocar entrave a esta questão. Questão esta, que não deve ser partidária, mas ser do interesse transversal a todos cidadãos e munícipes de Coimbra, que vemos com alguma preocupação a destruição sistemática de toda a velha indústria que resta na zona industrial de Coimbra.

Seria importante que o Sr. Presidente da Câmara intervenha no sentido de tentar desbloquear esta situação, e que ao mesmo tempo serviria para não engrossar o já enorme exército de trabalhadores desempregados deste país e ao mesmo tempo contribuir numa forma positiva para que o Sr. Primeiro Ministro possa vir a atingir o objectivo dos 150 mil novos empregos, são só cerca de duzentos pode ser que contribua mais um bocadinho, mantendo de facto esta empresa a laborar."

#### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

"Gostaria de dar duas palavras em relação a este assunto.

Uma vez que já tive oportunidade de reunir com os srs. dirigentes sindicais em relação a este problema e eles sabem que o tenho acompanhado desde o início. Na altura tentei fazer todos os esforços possíveis e impossíveis, e conseguimos três interessados na Ceres para retomar a laboração e continuar com a empresa.

As propostas que apresentaram eram propostas sólidas e propostas com futuro. Desse ponto de vista, fiquei mais tranquilo nesse momento, soube entretanto que há este impasse, que é perigoso, é incómodo, é diminuidor da esperança dos trabalhadores e não pode demorar muito tempo.

Eu secundaria a posição do Dr. Maló de Abreu que foi mais directa ao problema.

O que se passa é que há um problema com a banca, há um problema de pressão sobre a banca em relação à vontade deste negócio e a sua sustentabilidade.

Se o Governo tem uma iniciativa em Vila do Conde de apoio a uma empresa pressionando a banca para conceder o empréstimo, não pode ter outra linguagem outra atitude aqui em Coimbra perante uma empresa que está em iguais circunstâncias.

Portanto, o que eu pretenderia e não mandataria apenas os deputados do Partido Socialista nesta questão, mas os deputados todos desta Assembleia que tem de dizer o mesmo, o Governo tem de fazer as mesmas diligências necessárias para resolver o problema da Ceres."

Seguidamente o Presidente da Assembleia disse que por iniciativa do Dr. Reis Marques, do Conselho Geral dos Hospitais, foi convidado o Professor Dr. Fernando Regateiro Presidente do Conselho de Administração dos HUC para prestar esclarecimentos a esta Assembleia, sendo uma grande honra e um grande gosto recebê-lo na Assembleia Municipal.

#### **Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):**

O deputado Reis Marques fez uma pequena introdução à intervenção do Presidente do Conselho de Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra Prof. Doutor Fernando Regateiro, salientando que na anterior sessão da Assembleia Municipal o Grupo Municipal da "Coligação" questionou muito o representante desta Autarquia no Conselho Geral, na medida que havia um "sururu" quanto a eventuais prejuízos para a funcionalidade dos HUC, a possibilidade de grandes despedimentos e uma alteração profunda, tendo-se falado inclusivamente na possível transformação do Hospital da Universidade num Hospital Concelhio.

Achou por bem informar-se perante o Presidente do Conselho de Administração sobre os projectos da Administração para com o Hospital, e atendendo que é uma unidade de extrema importância para o Distrito e para o País e na medida que o Senhor Presidente do Conselho de Administração, o Professor Dr. Fernando Regateiro se dispôs a vir a esta Assembleia Municipal tirar dúvidas e pôr em público as medidas que preconiza para o Hospital.

Neste sentido, entrou em contacto com o Presidente da Assembleia Municipal que deu a sua aquiescência, e hoje está aqui o Prof. Fernando Regateiro exactamente para tirar as dúvidas à "Maioria" sobre a viabilidade do HUC.

#### **Intervenção do Presidente do Conselho de Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra**

O Presidente do Conselho de Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra apresentou cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Deputados, Câmara, Comunicação social e Secretariado.

"Gostaria em primeiro lugar antes de começar a minha intervenção, de agradecer o convite que o senhor Dr. Reis Marques me fez, ao qual eu acedi de imediato, tendo como linha de orientação para estas situações a seguinte:

-Aos H.U.C. não basta sê-lo, é preciso parecê-lo. E nós somos! Por isso, não nos custa nada a transparência, a frontalidade a explanação pública, daquilo que somos e daquilo que queremos ser.

Posto estes considerandos entraria de imediato naquilo que pensamos que deve ser o novo modelo de gestão para o HUC e as suas razões de ser.

Para isso, nós alinhámos alguns princípios quando chegámos a esta Casa. Aliás, conhecemos a casa de longa data, como vós conheceis, e há muito de bom, de muito bom e bastante de excelente nos HUC. É bom que tenhamos disso consciência!

Por outro lado, temos também consciência que os Hospitais da Universidade de Coimbra são o maior empregador da Região Centro, tem praticamente cinco mil funcionários, para além de algumas centenas de funcionários em fornecedores de serviços externos. Se fosse uma empresa, era a segunda maior empresa da Região, ultrapassada apenas pela Soporcel; tem um quadro de funcionários profissionais da mais altíssima qualidade, e da altíssima diferenciação e que todos sabemos o que isso significa. Quando temos problemas de saúde é aos Hospitais da Universidade de Coimbra que recorremos e é neles que reside a última esperança. Por isso, não nos foi difícil enunciar o primeiro princípio da nossa acção:

**-Não estragar**

Evidentemente que, para um hospital que tem um programa funcional com trinta anos, ele tem 21 anos de funcionamento mas, o programa funcional vinha de muitos anos antes, com adaptações ao programa durante anos do seu funcionamento, torna-se claro que é preciso adequá-lo à próxima geração. Nós não somos daqueles que temos medo da mudança, nós não somos daqueles que queremos cristalizar no tempo, porque um programa funcional com trinta anos, ainda com as adequações, tem dentro de si vícios de organização de disponibilidade de espaços, que eram bons na altura em que foram programados.

O conhecimento, as tecnologias, a experiência, a investigação trouxe novos recursos. Hoje muitas patologias que então demoravam dias a tratar, com um internamento demorado num hospital são tratadas no dia, por exemplo com cirurgia de ambulatório ou com cirurgia de um dia de internamento. Significa que há espaços que estão sobre-dimensionados, e há outros que estão sub-dimensionados, e cito-vos dois casos:

-A Oncologia, para o qual não há um serviço e a Medicina Intensiva que cada vez mais precisa de mais espaços. Não esqueçamos que as doenças cardio-cerebro-vasculares, as doenças degenerativas, as doenças oncológicas têm uma prevalência de hoje em dia que não tinham há trinta anos.

Nós temos que adequar a nossa capacidade de resposta às necessidades dos nossos utentes, quem assim não pensar é dum conservadorismo que agride e violenta as necessidades da população.

Isso para nós significa o segundo princípio:

**-Melhorar**

O que houver para melhorar e inovar e onde fôr preciso inovar, e daqui de facto ninguém nos move.

Terceiro princípio

**-O doente no centro do processo**

O que vos acabei de dizer para fundamentar, o enunciado do segundo princípio, baseia-se na centralidade do doente, porque é para isso que nós lá estamos, não estamos lá por nós, não estamos lá pelos profissionais, estamos lá pelo doente.

Quarto princípio

**-Os profissionais no centro da mudança:**

Nós temos consciência que, de facto, as mudanças fazem-se com os profissionais, as mudanças fazem-se com diálogo, com explicação dos nossos objectivos, fazendo compreender até ao limite das nossas forças aquilo que se pretende atingir com a nossa visão. Nós não pensamos mexer na missão dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nós não pensamos mexer nos valores que sustentam a acção nos HUC. Agora, nós temos uma visão de futuro para os HUC, não temos uma visão cristalizada há 30 anos, temos uma visão da próxima geração, que temos de servir com os HUC. Queremos manter os HUC ao mais alto nível como eles têm estado e como precisam de continuar a estar.

Daí, termos que fazer a mudança assente na vontade humana, a vontade humana é que é o motor da mudança e não nos custa nada, só o sabemos aliás fazer desta forma, que é pôr os profissionais no centro da mudança, dou um exemplo desta prática, não são só palavras:

Para fazer o Plano de Desenvolvimento Estratégico poderíamos fazê-lo de duas formas: top down e bottom up, de cima para baixo ou de baixo para cima, de cima para baixo era mais fácil, dava-nos muito menos incómodos. O Conselho de Administração contratava meia dúzia de pessoas esclarecidas, conhecedoras, fazíamos um belíssimo documento como outros hospitais o fizeram, e tínhamos o plano feito. Não optamos por aí! Decidimos convidar cem profissionais dos Hospitais da Universidade de Coimbra (telefonicamente e um ou outro pessoalmente) e todos aceitaram participar neste trabalho.

Isto é, nós inicialmente identificámos vinte e seis objectivos estratégicos, concentrámos em catorze temas, criámos catorze grupos de trabalho com cem profissionais dos hospitais que nos disseram de imediato que sim! Apenas um, nos disse que sim mas, devido aos seus compromissos na área sindical, nos disse gostaria de estar connosco mas via alguma incompatibilidade este compromisso.

Foi assim, com os contributos destes cem profissionais e mais um grupo para coordenar os contributos que nós fizemos o Plano de Desenvolvimento Estratégico. É evidente que depois tivemos que harmonizar os contributos para que fique um documento harmónico, é isso que estamos a fazer neste momento, estamos a dar-lhe forma para que fique agradável, e estamos a fazê-lo. Mas o fundamental foi feito pelos profissionais do Hospital.

Melhor demonstração

1- A disponibilidade dos profissionais do HUC, para contribuírem para o futuro do seu hospital, ao contrário de muitas vozes, que insultam a disponibilidade que nós temos para levar o hospital para o futuro, com insinuações com boatos que não tem qualquer fundamento.

Porque nós estamos convencidos também, com Heraclito que nada perdura senão a mudança, apenas perdura algumas mentes cristalizadas, essas perduram e é pena.

A nossa visão para HUC está aqui, não se esconde, queremos elevados padrões de qualidade assistencial, técnica, científica, de investigação, capacidade e inovação.

Queremos unidade de referência regional e nacional, para situações médicas e cirúrgicas da máxima complexidade para além do dever que temos de atender as situações concelhias e distritais e da região. Somos um hospital concelhio, somos um hospital distrital, somos e queremos ser um hospital regional e de referência nacional.

Aliás, hoje temos complexidades ao mais auto nível, que se resolvem no nosso hospital da melhor forma do que se resolvem em qualquer parte do mundo.

Terceiro ponto da visão

Qualidade de base elevada

Sustentabilidade nas áreas de excelentes, existentes e criação de novas áreas com o apoio assimétrico quando é necessário investir numa nova matéria, investiremos num novo tema, investiremos numa nova abordagem de forma assimétrica, não vamos fazer para todos ao mesmo tempo, vamos diferenciar de acordo com objectivos.

Hospital fim de linha, com capacidade de atracção de doentes a nível nacional e internacional.

O ponto cinco para nós é da maior relevância.

Queremos um hospital inclusivo para todos os seus profissionais, e sedutor para os melhores.

Sexto ponto

Equilíbrio económico ou financeiro para sustentar a qualidade, a inovação e a investigação acrescentar prestígio e reforço à sua sustentação como hospital de referência.

Queremos construir um hospital de futuro, com futuro, com elevada qualidade de assistencial global e existência sectorial mais centrado no doente do que está actualmente, se possível fôr com elevados padrões de qualidade assistenciais e hoteleiros. Por isso, estamos preocupados com áreas onde a qualidade hoteleira não é a melhor, diferentes preponderâncias de patologias que são consideradas num hospital de futuro, como já vos disse a oncologia, cardio cérebro vascular, doença mental, infecciosas, geriátricas e generativa.

Um ambulatório intenso, médico e cirúrgico. Nós temos que intervir a nível do ambulatório se queremos, de facto, atender meio milhão de doentes que nos procura, por ano nas consultas externas.

Para se ter uma ideia são dois mil doentes por dia que vão a consultas externas naquele hospital.

Considerando que o internamento está em perda e há uma redução da demora média, queremos ter terapêuticas personalizadas com o máximo de inclusão do novo conhecimento, meios terapêuticos tecnologicamente evoluídos e pouco agressivos, uma gestão clínica centralizada, interacção forte com medicina geral e familiar e com os cuidados continuados integrados, comunicação e registo de dados em bases tecnológicas avançadas, competitividade inter-institucional. Aqui não é de menos importância fazer um ponto é o seguinte:

Nós somos o último dos moicanos à nossa volta não há hospitais, que não sejam EPE's; Figueira não é, Aveiro não é, Viseu não é, CHC não são, IPO não é, etc. etc... Santa Maria e S. João são aqueles hospitais com quem nos devemos comparar, são os três grandes Hospitais Universitários Portugueses, Stª Maria, S. João e os Hospitais da Universidade de Coimbra, os dois também são EPE's.

Só nós é que temos a sabedoria toda? Será que não há vantagens neste modelo?

Agregação de unidades capazes de gerar maior volumes de receitas incremento de problemas morais, de auditoria técnica e de processos.

E por isso, nós elaboramos os tais catorze temas para os grupos...

Vale apenas dois ou três números para nós termos presentes para não nos julgamos de facto por vezes como nos julgamos:

Por exemplo:

Cirurgia de ambulatório em 2006:

Hospitais da Universidade de Coimbra - seis mil e quatrocentas cirurgias

Hospital de S. João - três mil quinhentas e sessenta e oito

Hospital de Stª Maria - três mil cento e oitenta e duas

...e depois dizem que não somos o maior hospital!...

Internamentos, doentes saídos:

HUC - cinquenta mil duzentos e cinco

H. de S. João - trinta e nove mil quatrocentos e noventa e oito

H. de Stª Maria - trinta e nove mil quinhentos e noventa e cinco

São mais de dez mil doentes saídos por ano, do nosso hospital.

Para já não vos dizer que temos o maior número de camas, mas muito acima de outros hospitais sendo que, um tem mil e cem, outro mil e duzentas e nós temos mil e quinhentas camas.

O índice que mede a complexidade daquilo que se faz, também é favorável ao nosso hospital, comparativamente com os outros dois. E outros parâmetros assim nos indicam que de facto somos o maior hospital nacional. Queremos ser o maior, mas queremos também ser o melhor; e com o índice ----- e outros indicadores e mostram que somos o melhor hospital.

Agora só, então o enunciado dos temas para não vos estar a maçar mais, se o Sr. Presidente da Assembleia assim o permitir.

Claro que fizemos análises com pontos fortes, com indicação de pontos fracos, e temos, e não são poucos com as oportunidades, que nos deparam com as ameaças que sentimos.

Temos uma direcção estratégica claramente, em função dessa direcção estratégica, fizemos opções estratégicas, e são estes os pontos que nos guiam:

Reorientação de oferta centrada no doente e no aumento da diferenciação para o qual planeamos medidas de intervenção.

Opção estratégica dois, desenvolvimento do ambulatório médico e cirúrgico.

Um ponto ou dois sobre isto:

Nós temos que criar, porque estamos centrados na acessibilidade do doente, porque temos meio milhão de doentes em ambulatório médico, nós temos que criar uma central de consultas externas.

É desagradável para o doente, é incómodo para todos nós, ver doentes perdidos naquele hospital, ver doentes que quando precisam de duas ou três consultas, tem de ir ao duas ou três vezes ao hospital em dias intervalados ou em semanas intervaladas, se precisam de mais meios complementares de diagnosticos têm que descer e subir andares perdidos naquele labirinto.

Podemos fazer muito melhor, concentrando as consultas externas numa central de consultas externas.

Podemos fazer muito melhor concentrando a cirurgia, em que já somos, de facto, damos uma belíssima resposta à cirurgia, somos o hospital português que mais cirurgia de ambulatório faz, de longe, e precisamos de facto de melhorar esta situação.

É que, a concentração das consultas tem ainda uma outra vantagem, que é permitir a introdução da consulta por alta resolução, o que é isto?

É uma oferta que se faz ao consulente de ambulatório, de modo a que ele entra para uma consulta, mas se precisa de um segunda consulta ou de uma terceira consulta no mesmo dia é atendido no mesmo dia. Se precisa de um rx simples de uma ecografia ou de um electrocardiograma de colheita de sangue ele faz isso tudo naquele ambiente das consultas externas e sai de lá à tarde com a solução do seu problema, com a receita ou com orientação segura sem estar à espera semanas, numa ansiedade enorme para que venha a segunda consulta a terceira para que haja um diagnostico.

Evidentemente se isto fosse simples já todos o tinham, não é para todas as patologias, mas para aquelas que for preciso fazer, é isso que nós queremos fazer e é uma grande inovação.

Associado também, ao gestor do doente, isto é, o doente entra e tem um gestor no seu processo naquele dia, que o acompanha e que o orienta para que ele não se perca e para que as coisas ocorram em devido tempo.

Depois temos que pensar a urgência, como ponto três.

A urgência é uma porta de entrada importantíssima, temos que reestruturar o internamento, pelas razões que vos falei atrás e não vou repetir, o programa funcional tem de evoluir e tem que se adequar as novas necessidades. Não é para destruir nada, não é para acabar com nada como já li nos jornais desta cidade, nós não vamos acabar com nenhuma oferta dos hospitais, vamos requalificá-lo onde fôr o caso ou vamos melhorar ou vamos inovar nessa oferta. isto que fique muito, muito claro.

A alteração é um modelo de gestão é isso que nós estamos a fazer, reorganização de ofertas de **MCDT**, reorganização do modelo de gestão de oferta organização interna, continuarmos a olhar para o circuito do medicamento, nós temos uma belíssima gestão do medicamento das melhores de Portugal, não tenhamos dúvidas, porque outros hospitais estão a importar o nosso modelo, mas nós não o podemos abandonar ele está adulto, mas tem necessidade de ser nutrido com inovação.

Articulação efectiva com os cuidados de saúde primários dos hospitais e cuidados continuados, desenvolvimento do sistema integrado centrado no utente, implementação de políticas de qualidade e aqui temos preocupações ecológicas. Nós queremos fazer um hospital amigo do ambiente, queremos fazer um hospital em que a infecção hospitalar se reduza.

Aprofundamento de relações institucionais, com o ensino e com a investigação com a nossa faculdade com a nossa Universidade e ficávamos por aqui.

O resto é a especificação de cada medida ao longo do tempo.

Agradeço-vos a vossa atenção e estou disponível se o Sr. Presidente da Assembleia se assim o permitir para responder a questões que me ponham e às quais eu saiba responder."

### **Perguntas ao Presidente dos HUC**

#### **Nunes da Silva “Por Coimbra”**

"Sr. Professor Regateiro foi um prazer ouvi-lo. Permita-me apenas, não é uma correcção mas um complemento ao que disse. Quando nos transmitiu a ideia de que nos Hospitais da Universidade de Coimbra onde trabalhei, são o último garante da saúde das populações, deste concelho, deste distrito e deste país. Trabalho num hospital há trinta anos e, que no meu ponto de vista, não é inferior em muitos aspectos ao HUC, e também garanto que grande parte da população desta cidade, por isso se chama Centro Hospitalar de Coimbra, deste concelho, deste distrito e inclusive, como sabe, até à zona das Caldas da Rainha.

Dispomos de um Hospital Pediátrico, esse também tem utentes, a nível nacional e internacional. Por conseguinte, estou de acordo que os HUC são o garante da saúde, mas permita-me corrigi-lo que o CHC, dá o seu melhor todos os dias, a todos os níveis os seus profissionais para ser de igual forma garante a saúde das populações deste Concelho."

#### **Intervenção do deputado municipal Fernando Martinho (CDU):**

"Cumprimento todos muito particularmente por ser a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia na minha qualidade de caloiro, recém iniciado nestas lides, mas a que tenho muita honra de pertencer, em particular de pertencer a esta Assembleia democrática, porque a minha geração, porque já tive a oportunidade de o dizer noutros sítios, os que aqui estão da minha geração compreendem-no especialmente, sabem o que nos custou a todos, podermos viver e estarmos em democracia como estamos aqui nesta Assembleia. Era impossível quando eu tinha a idade de alguns elementos que aqui estão, seria impensável que algum dia pudéssemos estar aqui representados numa faixa ideológica tão vasta que hoje aqui estamos pacificamente e coexistência leal e até com elegância. Depois destas palavras de cumprimento e de simpatia, queria dizer que só o Professor Regateiro me motivaria para dizer uma palavra nesta Assembleia sobre um assunto que me particularmente caro, porque mexe com algo à, qual dediquei toda a minha vida praticamente como sabe em indicação exclusiva. Não faço outra coisa que não seja trabalhar naquela casa, há muitas dezenas de anos, e portanto é a minha casa. A ela só me ligam interesses de ordem afectiva, de empenhamento pessoal e realização pessoal, não me liga qualquer outra ambição não ganho mais dinheiro quaisquer que sejam as medidas que venham a ser tomadas, ganho o básico, não faço horas extraordinárias por uma questão de vergonha e de dignidade pessoal, não ganharei nada em termos pessoais de quaisquer reformas que vieram a ser implementadas.

Agora, é evidente que tenho opiniões, sobre tudo o que se passa naquela casa, e tenho alguns receios que aqui quero transmitir também.

Acompanhei o pedido na altura, subscrevi o pedido de esclarecimentos ao Conselho de Administração dos HUC, que aqui foi formulado por alguma razão, por aqui também já o foi dito, o Presidente da Administração também o reconheceu, o Hospital da Universidade

de Coimbra numa terra com esta dimensão adquire uma importância estratégica extraordinária, não só em termos mais ou menos **clubistas**, de ser ou não ser o fim de linha, enfim, outros os hospitais o são também, mas nós somos realmente um fim de linha, aqui não há mais recurso, não só por essa razão, como pela grande entidade empregadora, como disse o Presidente do Conselho de Administração, a grande entidade empregadora da região centro, e todas as medidas que venham a colidir com reorganizações a nível de uma empresa deste tipo irão ter consequências destabilizadoras enormes a nível desta cidade. Ninguém pode desconhecer isso nem ser ingénuo a ponto de pensar que uma cidade como esta não sofrerá com qualquer mexida na reorganização da reestruturação de emprego a nível de uma instituição da dimensão do HUC. Isto é claro e evidente para todos.

E por todas estas razões, mas também por razões de ordem especificamente técnica, não só como eu disse de carácter social, eu, associo-me às preocupações. Não por um carácter conservador como de alguma maneira o Senhor Presidente da Administração se referiu. Quer dizer que aqueles que se preocupam com o futuro do Hospital da Universidade de Coimbra, não são todos conservadores, pelo contrário, o que nós podemos estar altamente preocupados é com visões altamente conservadoras em relação ao Hospital. Porque muitos de nós, há longas dezenas de anos, ainda possivelmente o Sr. Presidente actual não pensaria vir um dia a trabalhar no Hospital da Universidade e nós, como o meu amigo Reis Marques e outros, já nós reuníamos, debatíamos, intervinhamos civicamente, candidatávamo-nos a lugares que eram elegíveis, democraticamente eleitos para implementar medidas que hoje fazem parte um pouco do programa actual e que nós não tivemos força para avançar com algumas delas. Muito destas medidas estão no pensamento de muitos de nós há dezenas de anos e não foram implementadas porque não houve força para o fazer.

Desejo ao Presidente do Conselho de Administração que venha a ter essa força para implementar aquelas medidas que ele genericamente expôs e que ao serem implementadas transformarão este hospital num oásis. Poucos hospitais no mundo funcionarão daquela forma edílica como o Sr. Presidente aqui expôs.

Mas é bom ter ambições e fasquias muito altas para se poder ficar a meio do caminho.

Mas, o importante do meu ponto de vista, não é fazer um julgamento de intenções do Sr. Presidente do Conselho de Administração, não me preocupa minimamente, hoje está o presidente actual, amanhã estará outro. O Presidente Conselho da Administração é um homem que se evidencia pela sua capacidade de diálogo, pela sua capacidade de acesso, é um homem com quem se pode dialogar, debater e trocar ideias, não está em causa a pessoa. Agora é legítimo que todos nós se preocupemos quando o Hospital da Universidade de Coimbra não é uma ilha perdida na política de saúde em Portugal. Nós vemos as barbas dos vizinhos a arder, por todos os cantos deste país, nós vemos as parturientes deste país a ter os seus filhos por essas auto-estradas fora, nós vemos as pessoas a precisar de fazer pensos, e agora concretamente hoje tive doentes que tive de mandar para casa porque as nossas consultas externas vão fechar durante vários dias, até bem depois do Natal, e não têm um sítio para fazerem um penso, a única hipótese de fazer um penso é preverter tudo o que tem sido dito até agora, que é o encerramento dos lugares periféricos e a concentração nas grandes unidades, é o que se têm vindo a defender, e na prática nós somos obrigados a fazer exactamente o inverso. Para poder tratar esses doentes era interná-los no grande hospital mega da universidade para fazer um mísero penso de mudar uma compressa porque não há um sítio na Cidade de Coimbra durante este período, e nos arredores de Coimbra pior ainda.

Portanto, há situações que se vão agravar porque neste período de meia dúzia de dias não há um sítio nos arredores de Coimbra nem na própria cidade de Coimbra onde se possa fazer um miserável penso.

Estes são os aspectos comezinhos próximos locais, que só quem sabe, e mete as mãos nas situações é que sabe que eles existem, porque os burocratas de gabinete, os grandes desenhadores de futuros edifícios fazem grandes desenhos em Lisboa no Ministério da Saúde, não fazem ideia nenhuma de como as pessoas se mexem no terreno e das dificuldades locais do terreno e este é o importante motivo de preocupação.

Quando vejo encerrarem maternidades, eu argumento em alguns casos válidos de que era necessário concentrar meios e qualidade e capacidade técnica, mas fecham-se as maternidades primeiro, e não se trata de equipar, formatar e transferir gente para as maternidades de alta qualidade que substituiriam as tais que são encerradas, quando se encerram SAP's sem se fazerem as reformas nos serviços centrais de urgências que dão assistência a toda essa gente, quando assistimos ao aumento de medidas de taxas moderadoras, não sei se todos sabem, que hoje há doentes que quando lhes marcamos uma consulta nos pedem para não marcar tão cedo, dizem que a taxa moderadora é muito alta, e eu não tem como a pagar!

Há aqui alguns médicos presentes que me desmintam se isto não for verdade, ou se algumas pessoas não conhecem problemas concretos de familiares ou de pessoas próximas, que já adiaram consultas porque não tem dinheiro para pagar as taxas moderadoras, são muito pesadas.

A participação do doente nos últimos anos, a participação pessoal no seu tratamento, é neste momento o dos mais altos da Europa senão for o mais alto da Europa, porque tem vindo a ser sucessivamente cortada na prestação estatal na saúde, na prestação de cuidados, na fisioterapia nos medicamentos etc.

Portanto, é natural que quem vê as barbas do vizinho a arder, esteja preocupado com o que é que esta equipa que está a dirigir o HUC, e que se pretende fazer estas reformas de grande envergadura. O que é que esta equipa vai fazer? vai fazer mais o mesmo!

Depois é preocupante que o Sr. Presidente do Conselho de Administração tenha mostrado índices de produtividade do Hospital da Universidade de Coimbra, e muito bem, honra lhe seja feito, mostrar publicamente porque durante algum tempo era secreto, durante alguns anos estes valores que o Sr. Presidente apresentou eram secretos, nós não sabíamos que éramos maiores produtores de cirurgias do País, com menor número de cirurgiões do País, nós não sabíamos que operávamos mais que o Hospital de St<sup>a</sup> Maria, tendo menos um décimo dos cirurgiões que o St<sup>a</sup> Maria tinha. Portanto, estas medidas de empresarização podiam fazer algum sentido nesses hospitais de baixa produtividade, como era o escândalo nacional do Hospital de St<sup>a</sup> Maria que era o menino privilegiado dos sucessivos Governos. O escândalo do S. João que foi mostrado em números, mas se calhar esse medicamento essa receita, não se aplica a nós, porque estamos a funcionar muito bem. Funcionamos muito bem! Se calhar precisávamos de outras medidas que não esta preocupação obsessiva do défice orçamental, esta preocupação obsessiva de truques de engenharias financeira para desorçamentar despesas e diminuir o défice, que é em que redonda uma grande parte destas hipotéticas reformas que irão melhorar o que resulta da consulta de alta resolução que irão melhorar a hospedeira que acompanha o doente pelos corredores do hospital. Tudo isto é muito belo e bonito, mas por detrás de tudo isto e quem conhece o Sr. Ministro da Saúde, e as preocupações do mesmo, isto é, uma preocupação de desorçamentação e as consequências dessa desorçamentação desses cortes orçamentais é que nós tememos. Não tenhamos a personalidade do Sr. Professor, tememos sim a política nacional de saúde que está prevista para a globalidade do nosso país, e que o nosso hospital não é uma ilha perdida na política da saúde do nosso País. E não é preciso sermos grandes génios para estarmos preocupados, basta com atenção os artigos do Dr. Paulo Mendo, que não é um radical de esquerda que anda por aí a incendiar o País, mas é ler com atenção o que tem escrito sobre a empresarização dos hospitais e ler o que Dr. António Arnaut tem produzido

publicamente em várias intervenções e escritos qual é a grande preocupação dele relativamente a esta hipotética reforma da saúde, em que nós não vemos que os nossos doentes sejam melhor tratados, pelo contrário, todos sabem que as reformas tecnológicas da urgência, a introdução de informatização da urgência tem trazido gravíssimos problemas de qualidade na assistência na urgência dos hospitais.

Nós não temos visto que estas reformas tragam grandes melhorias ao doente em concreto, mas o que nós vemos a par destas reformas pularem como cogumelos hospitais privados por todo o País, é no Porto, em Lisboa e aqui em Coimbra desenham-se vários hospitais privados e com a consequência, isto acho que é preocupante e o Sr. Presidente da Administração deveria ter esta noção clara, é que este ministério está a assassinar as carreiras médicas, e ao assassinar as carreiras médicas está a assassinar a qualidade dos médicos portugueses, não há qualidade médica sem carreiras médicas, isso é um dado da democracia portuguesa, o advento que as carreiras médica com a dignidade que ainda hoje têm e com a competição da multidão de hospitais privados, que se desenham por aí e alguns já estão no terreno a competir com os melhores profissionais e este modelo de política de saúde a escorraçar os melhores profissionais dos hospitais para fora, os hospitais públicos não têm capacidade de concorrência ou a sedução do privado que lhes paga muitíssimo melhor. O que nós assistimos é uma fuga maciça dos melhores profissionais para o privado. No nosso próprio hospital alguns dos melhores quadros do nosso hospital, ou por reformas antecipadas ou pedidos de exoneração ou aproveitando uma maqueavélica sugestão deste Ministro que é da criação de uma anormalidade como seja um horário de vinte horas semanais. Para quem trabalha num hospital, não é passar por lá para assinar o ponto, é para se trabalhar entrar às oito e sair às oito isto não é um paradigma de esquerda...os que trabalham nos hospitais sabem que é uma fraude tremenda criar um horário de vinte horas semanais, ninguém opera, ninguém faz nada em vinte horas semanais num hospital, é uma fraude!

É este Ministro hipoteticamente socialista, que é o arripio de toda a gente desde há, 40 anos para cá vem dizer exactamente o oposto que todos têm dito, que é a separação das águas: quem quer privada faz privada; quem quiser público, faz público.

É isto que nós assistimos, são hospitais a pagar fortunas a médicos, como o Hospital da Luz, dos Mello, da Caixa Geral de Depósitos, para irem 20 horas aos hospitais porque convém terem um pezito no hospital e o resto nos grandes hospitais privados.

Poderia acrescentar mais coisas, porque as preocupações que tenho, estas são algumas delas, penso que foi um bom momento para que algum dia pudesse dirigir a palavra a todas as pessoas que aqui estão que eu respeito por igual."

#### **Intervenção da deputada Catarina Martins (BE):**

"A minha intervenção é muito rápida, não poderia falar certamente melhor no assunto de que o Professor Fernando Martinho, com a dedicação que ouvimos das suas palavras e portanto limito-me algumas perguntas muito concretas que traduzem as preocupações do Bloco de Esquerda, em relação aos processos de empresarização do Hospital da Universidade de Coimbra, em particular e da privatização dos serviços de saúde em geral.

Neste caso, pergunto muito concretamente ao Sr. Presidente do Conselho da Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra são que previsões faz, se as há, em relação ao número de despedimentos de profissionais do HUC, ou em relação à alteração, que já aqui foi falado, das condições de trabalho para profissionais, quer a redução de horários de trabalho, quer aumento de turnos.

Previsões que faz em relação à redução de serviços ou à sua externalização, porque sabemos que é essa uma das manobras para contornar as contas e responder aos requisitos do défice público, impostos pela Comunidade Europeia.

Gostaria de saber que implicações terá o processo de transformações em EPE e o ensino da medicina.

E gostaria de saber no meu caso pela minha situação em particular, o que é que vai acontecer à Maternidade Daniel de Matos."

**Intervenção do deputado Pinto Ângelo (CDU):**

"É obvio que não valerá a pena fazer um comentário muito estreito e muito aprofundado em relação à matéria que nos foi aqui apresentado pelo o Presidente do Conselho de Administração do UHC. Não seria de se esperar outra coisa, tem uma missão incumbida e tentar realizar da melhor maneira que sabe e que pode. Mas não deixa para os desconhecedores como eu, mero utente da saúde, mero utente dos Hospitais da Universidade de Coimbra, a suscitar aqui algumas dúvidas, e como membro da Assembleia Municipal de Coimbra, gostaria que me pudesse esclarecer.

Uma delas já fora referida pela deputada Catarina que é saber efectivamente se o Presidente do Conselho de Administração vai prescindir de quantos profissionais de saúde, dos tais para quem são dirigidas e solicitada a sua cooperação para as mudanças em curso.

Outra dúvida que se me coloca, querendo tornar o HUC, característica hospital de fim de linha, procurando uma atracção nacional e internacional dos doentes, com alguma ironia eu pergunto: se é por concurso público, se é por fila de espera como é que depois se ia decidir.

Ao aprofundar esta qualidade de fim de linha, aonde é que se encontraria a linha intermédia. Sabendo nós, que os encerramentos dos SAP's são contínuos, que os centros de saúde estão a ser transformados em unidades de saúde familiar, não estando provada, não sabendo nós os resultados, sabendo nós e ainda hoje o Sr. Ministro da Saúde disse que a grande prioridade é criar o maior número de médicos de família para os quais vão ser lançadas nos anos mais próximos cerca de 20 a 30% das vagas a abrir, ou seja, há um percurso a percorrer que ainda não está percorrido, cujo o fim ainda não se adivinha, para o início da linha, não conhecendo nós aonde está a linha intermédia, ou seja, os tais tratamentos os tais cuidados intermédios de saúde, que presumo eu que anteciparão os cuidados de fim de linha e avança-se e em rápida e força para um hospital de fim de linha com a presunção de atracção internacional.

Confesso que há aqui qualquer coisa, como utente e não especialista naturalmente que me está a escapar e que fará o favor de explicar, sendo certo, que aquilo que lhe é pedido é a reorganização do HUC, mas naturalmente que não vê os HUC desincerido no panorama de organização da saúde, em termos nacionais, como o meu camarada Fernando Martinho já aqui o clarificou.

Colocou-se aqui a defesa do modelo da EPE mas, gostaria que explicasse qual é a vantagem, que isso não o fez na sua explanação, só disse que St<sup>a</sup> Maria e S. João já são EPE's, e então nós também o devemos ser! Isto para mim não chega Sr. Presidente.

Naturalmente que acredito na forma que tem de abordar estas matérias, mas eu careço de um pouco mais de explicação destas matérias, ou seja, tem de me explicar quais são as vantagem comparativas de uma EPE face aos excelentes resultados apresentados por um modelo público de gestão.

Das duas uma, ou os gestores públicos eram todos incompetentes, ou se este modelo de gestão prova porque é que se vai mudar. Eu não compreendo o Sr. Presidente não explicou, naturalmente vai ter a oportunidade de explicar porque é que a excelência de gestão da o que é que altera a gerência de gestão já comprovada do modelo público.

Outro assunto é o facto de saber se se vai manter a intenção de construir um silo-auto nos terrenos dos HUC, ou seja vão os HUC continuar a ser um pólo de atracção, aliás escandalosa, para o centro da Cidade.

Será que o Sr. Presidente do Conselho de Administração, enquanto cidadão de Coimbra, não está preocupado com a enorme densidade de circulação automóvel que os HUC constituem e que nos dá aquele espectáculo degradante de carros estacionados quase uns em cima dos outros?

É uma preocupação desta Assembleia Municipal, naturalmente não será uma das primeiras preocupações, mas também é esta a nossa função demonstrá-lo."

O presidente da Assembleia interrompeu as intervenções para dizer que o debate estava a tornar-se longo havendo agendado outros assuntos, pelo que sugeriu a marcação de uma Assembleia específica para este assunto.

**Intervenção do deputado Reis Marques (PS):**

"Acho que, se o Sr. Presidente da Assembleia deixou o Prof. Fernando Martinho fazer uma intervenção de fundo, terá que deixar as outras bancadas falar também. Foram ditas aqui coisas e é necessário ouvir as explicações.

Queria dizer ao Dr. Fernando Martinho, pessoa a quem me ligam laços de amizade há muitos anos, com ele estive em muitas lutas e em muitos projectos, dizer-lhe que a sua preocupação é a preocupação de toda a gente. Só que, há aqui duas ou três afirmações que não concordo e não posso de maneira nenhuma deixá-las passar.

Eu sou um daqueles que vou fazer as 20 horas! Mas vou fazê-las honestamente, realmente vou fazê-las porque não sou cirurgião, não tenho que começar nenhuma operação, nem faço urgências, por isso se quero ser honesto faço as 20 horas, trabalho 4 horas dia, da parte da manhã. Porque, não são só os honestos os tipos que trabalham em dedicação exclusiva, eu ganho muito menos do que a maioria das pessoas que trabalham de forma exclusiva e de dedicação ao hospital. Acho que esta afirmação de que as pessoas que se vão embora são oportunistas, ou que são pessoas que vão lá roubar, eu não vou roubar lá o meu salário, o que fiz no hospital faço, ainda hoje, com dignidade e não me sinto ladrão de ninguém, nem sequer uma pessoa que não cumpra o seu dever e com qualidade. Acho que é importante que as pessoas, às vezes, abram os olhos. Para mim é importante que no Hospital da Universidade de Coimbra, para as pessoas que não possam dar 35 ou 42 horas, mas cuja presença é significativa, como o Dr. Fernando Martinho, se quisesse ir embora, eu era pessoa para lhe dizer para ficar 18 horas, porque a tua presença naquele Hospital vale mais do que as 40 horas que tu trabalhas, pelo seu prestígio, a sua experiência, a sua sabedoria é importante para os serviços, e a presença dele era fundamental. Portanto, há pessoas que não valem tanto pelo que fazem, mas pelo prestígio que representam que dão ao próprio hospital, este a sua presença é fundamental.

Não estou a dizer que será o ideal, o ideal para mim, continuo a dizer que a chave básica de toda a gestão é a direcção de serviço, e é o serviço que tem que responsabilizar-se pela produção tanto quantitativa como qualitativa.

Dizer também que estou preocupado com a reorganização, estou à vontade porque toda a gente sabe que não me ligam grandes laços efectivos a este Ministro. Mas não faço processos de intenções, faço processos de avaliação, ao fim das coisas estarem a funcionar. Julgo que há algumas delas que me deixam preocupação e algumas que foram feitas de alguma forma precipitada. Aí o Dr. Fernando Martinho tem razão. Não se criaram as unidades de urgência que deveriam estar a funcionar, antes de se fecharem os serviços de atendimento permanente. Mas, há alguma precipitação nesse aspecto como noutros, estou de acordo que em algumas coisas se poderia ter sido feito melhor. Mas reconheço que nas maternidades e noutros aspectos, mas reconheço que se deveria fazer alguma coisa. Porque não é possível e tenho de o dizer aqui, não é possível e contra alguns colegas meus, ter um SAP em Góis aberto, e uma pessoa por média por noite, e gaste o centro de saúde perto de

400 contos. Isto é, fica uma urgência que não é uma urgência é uma consulta em 400 contos por dia.

O Sr. Professor Fernando Regateiro foi presidente da ARS e sabe que isto é uma realidade. Isto não pode ser, é o dinheiro de todos os cidadãos que está a andar para uma pessoa estar ali sem ter trabalho. Penso que isto tudo pode ser resolvido, reorganizado com qualidade, ter atendimento real e efectivo aos utentes, logo que haja bom senso que as coisas se façam pensadamente e de uma forma científica, pelo menos

Por último, dizer que o Hospital da Universidade de Coimbra precisa de alguma reorganização. Se fosse Presidente do Conselho de Administração, aceitava realmente as reorganizações dos serviços, aí é que é importante trabalhar. Levar realmente as pessoas a terem motivação e orgulho por trabalharem nos serviços e naquele Hospital, dizer também que não é o único do País, para mim é o melhor mas reconheço que outros fazem o melhor que podem, fazem-no bem e com qualidade também.

Dizer que apesar daquilo que eventualmente se dizia acho que a reorganização que estão a ser feitas, tinham que ser feitas, a medida em que estava a acontecer e a forma como o hospital estava a andar, era uma forma monótona, pouco entusiasmo, pouco dinâmica, pouco mexida e pouco reformulada. Penso que se havia de fazer alguma coisa, vamos avaliar depois das coisas serem feitas os resultados das alterações que são propostas. Sempre pedindo uma coisa bom senso e capacidade de prever que algumas coisas possam não correr bem e ter respostas para isso. É isto que eu peço."

#### **Intervenção do deputado Serpa Oliva (Por Coimbra):**

"Orgulho-me e sinto muito feliz por termos o prazer de ter aqui o Sr. Prof. Fernando Regateiro - Presidente do Conselho de Administração dos Hospais da Universidade de Coimbra - a dar-nos explicações.

Penso que, se o Hospital da Universidade de Coimbra continuar a ser a última esperança, se continuar a ser um hospital de fim de linha e se o Hospital da Universidade de Coimbra continuar a ter o doente como centro, custe o que custar, então Sr. Professor estaremos, concerteza, no caminho correcto e no caminho certo! E o resto é tudo tretas.

Aquilo que lhe queria dizer também e o Sr. sabe a Unidade de que eu estou à frente, é que neste momento tenho internado um doente do S. João, dois doentes do Stª Maria e vários doentes do Algarve, outros de Viana do Castelo, que são todos EPE's mas o doente que eu trato custa muito dinheiro. Portanto, a questão põe-se sempre nestes termos: até que ponto realmente a transformação numa em EPE, e qualquer gestor que se preze obviamente que vai permitir ou vai dizer, este vai ser caro, vai custar muito, sabe que os tumores ósseos estão todos entregues aos Hospitais da Universidade de Coimbra, desde o Minho até ao Algarve, ninguém faz uma biopsia a uma neoplasia óssea, em Portugal, sem autorização do meu serviço do sector de cancro ósseos e portanto isto são tudo serviços caríssimos, como é que se consegue conciliar isto? Se o doente estiver no centro, se continuarmos a ser fim de linha, se continuarmos a ser que o Dr. Martinho e o Dr. Reis Marques, queremos é que seja um hospital de excelência.

Em resumo, aquilo que queria dizer-lhe é desejar-lhe as maiores felicidades, agradecer-lhe a sua presença e dizer-lhe que foi realmente com muito gosto que o ouvi discutir um problema que afligia a cidade, penso que não era só a cidade mas sim, o País inteiro, porque eu tenho doentes do País inteiro que me perguntavam: mas então Sr. Dr. vão fechar ou não vão fechar? Portanto isto também se espalhou pelo País.

Hoje a sua presença aqui, é para mim motivo de extremo orgulho, porque dou aquela Casa, também como os outros, o melhor da minha vida.

Por último, ao Dr. Martinho e ao Dr. Reis Marques, que não posso deixar passar em claro, trabalho no Hospital seis horas de manhã, e sete ou oito na clínica privada de tarde. Penso

que nenhuma delas se pode queixar, do meu esforço do meu empenho e da minha dedicação. Se quiser telefone, ou pergunte aos meus doentes, aquilo que sou, aquilo que tenho dado aquela casa. Com mais uma agravante, provavelmente trato melhor e tenho levado mais doentes da clínica privada para os HUC incomparavelmente mais, de que algum do hospital para a minha clínica. Sei dos custos inoportáveis, muitos pedem-me para os tratar na minha clínica, sabendo dos custos e das más condições que tenho que o Professor Regateiro conhece-as tanto quanto eu, continuo a tratá-los lá. Quero que saiam de lá com a sensação que foram humanamente bem tratados e foram efectivamente fim de linha e a última esperança."

**Intervenção do deputado Moisés Geraldês (Por Coimbra):**

"O que de facto nos move aqui deputados municipais são as preocupações dos cidadãos e designadamente daqueles que têm necessidade dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Sr. Professor, eu próprio tive a oportunidade de ver a apresentação que fez, fiquei muito melhor informado daquilo que estava. Os HUC são de facto uma referência e um complexo de saúde a nível nacional. Colocava-lhe aqui duas questões muito rápidas:

-a primeira tem a ver com algumas preocupações que muitas pessoas deixam transparecer na questão das urgências dos HUC, ou seja, após alguns encerramentos, designadamente dos tais SAP's e alguns serviços de urgência em algumas localidades periféricas do concelho e outras, muitas mais pessoas passaram a afluir aos serviços de urgência dos HUC, segundo informações fidedignas.

O certo é que o tempo de espera passou a ser muito maior bem como o sofrimento das mesmas entre o momento em que as pessoas acedem aos hospitais, e o tempo que demora até chegar ao primeiro diagnóstico é um tempo consideravelmente elevado. Trata-se aqui não só de questões no âmbito do Ministério da Saúde, de racionalização de custos, mas também temos de ter a preocupação de não desumanizar os serviços aos quais temos necessidade de aceder.

-a segunda questão tem a ver com o incidente que se verificou há pouco tempo em matéria de segurança na sala de espera dos HUC em que uma utente foi agredida e foi vítima dessa agressão.

Naturalmente essa agressão chocou a população. É evidente que não é um Administrador ou um Ministro que é responsável por questões pontuais, mas a questão que lhe colocava era a seguinte:

Se tomou providências em matéria de prevenção em questões de segurança ao nível de salas de espera dos Hospitais da Universidade de Coimbra."

Seguidamente o Sr. Prof. Dr. Fernando Regateiro procurando ser rápido, deu respostas às questões levantadas

Ao Sr. deputado municipal Nunes da Silva

"Nós não estamos a competir com ninguém, nós temos um espaço próprio de afirmação, nós gostamos de trabalhar em complementaridade e articulação, o nosso entendimento com o CHC, é o melhor que pode existir, periodicamente conversamos, dialogamos sobre problemas comuns. Aqui não há nenhum ranking quem esta a cima ou quem está abaixo. Desiludam-se! Nós queremos trabalhar, o Sr. Dr. Rui Pato com a sua administração, eu próprio e a minha administração, estamos abordar questões em conjunto, não há rigorosamente nenhuma competição não há nenhuma adversidade entre nós.

Ao Sr. Dr. Martinho que fez uma intervenção que vamos dividir em duas partes:  
Uma de política geral à qual eu não vou responder.

A outra de questões que se prendem com o nosso hospital, à qual vou procurar responder da melhor forma e mais sintética.

Há um aspecto que é importante, falou nos afectos, e de facto o nosso hospital tem de ser um hospital também de afectos, para além de profissionalismo para além da cientificidade, para além do desenvolvimento e da inovação.

Os receios, é natural que haja receios, porque quando há mudança há sempre receios, é da natureza humana acomodar-se a um *statu quo*. O que acontece é que um gestor, um responsável por uma instituição que tem de responder a novos desafios, tem de antecipar as necessidades para o futuro e tem de se preparar para responder ao futuro, não pode contentar-se com os louros do passado, ainda que sejam muito bons. E aqui, eu pego na sua palavra da ilha. A teoria da ilha, é que nos faz naufragar, porque se formos ilha ficamos isolados por água a toda a volta e sem comunicação com o exterior. Não podemos ser ilha, aí bate o ponto, ainda que a ilha tenha tudo, não é auto-suficiente, e cada vez mais vai e pode inclusivamente o degelo do Ártico e Antárctico invadir a ilha e ficamos sem pé. E é o que acontece! As agressões climáticas são de tal ordem que nós qualquer dia ficávamos sem pé em terra firme. A teoria da ilha não serve.

Por outro lado, não é porque os outros fazem que precisamos de ser EPE, nós precisamos de ser EPE para termos à nossa mão um modelo de gestão para fazermos com ele algo melhor do que fazemos com este, que não nos permite. Isto é, nós podemos gerir bem, porque é que este modelo de gestão serve melhor que os outros?

Em primeiro lugar porque sendo nós uma ilha, não temos capacidade de ir buscar profissionais que outros nos vêm buscar. A sua intervenção contradiz-se, tem eternas contradições que anulam de facto, a sua argumentação. Isto é, se nós não tivermos métodos ageis prontos, mais eficácias, mais eficientes para combater a fuga dos nossos melhores, sendo ilha ficamos desertos, porque não temos meios para os ir buscar.

Isto é, não foi um, nem dois, nem três profissionais que até à data saíram deste hospital argumentando que vão ganhar mais para outro hospital. É Leiria, é Covilhã, é ali, é acolá, e eu a dizer não às licenças sem vencimento. E a dizer aos senhores o seguinte: o sr. pode sair, eu não lhe abre a porta, e o sr. salta por cima, se tem condições para sair, pode sair. Contraria-me, mas pode o fazer. Eu preciso de ter um instrumento de gestão que me permite entrar em condições de competir pelos melhores e para criar condições internas de organização interna que permita atrair as pessoas. É que nós nos Hospitais da Universidade de Coimbra temos duas formas de atrair como qualquer um, mas nós temos uma forma fundamental de atrair que é o nosso prestígio e a realização profissional.

E como vossas excelências sabem, a primeira motivação para uma pessoa escolher uma profissão e um lugar de trabalho, não é propriamente o vencimento, é o prestígio do sítio em que está e a realização profissional e só em segundo lugar ou terceiro é que vem o vencimento. Esse nós podemos esgrimir mas, nem tanto ao mar nem tanto à terra, apesar de tudo nós temos de ter condições para atrair e também recompensar minimamente do seu ponto de vista financeiro. Neste momento não o temos! Neste momento, não temos capacidade de fazermos uma contratação em curto prazo disputar os melhores com vantagem, oferecendo a nossa vantagem competitiva natural que é o nosso prestígio e a nossa capacidade de realização e termos condições de organização interna expedita para que ele seja de facto retido.

Uma outra situação que é muito frequente de que se fala pouco, por exemplo: os métodos de contratação, os métodos de contratualização de aquisição de bens pelo o SPA, são demorados, eles podem ser muito mais agilizados, a negociação pode ser muito mais eficaz e até mais eficiente com um modelo empresarial, que é um modelo público, ninguém vai privatizar nada, é um modelo público, é uma entidade pública empresarial, não tenham medo da privatização porque não é nada disso que vai acontecer. Agora, o que eu tenho é

um instrumento de negociação de prontidão na aquisição das coisas quando elas são precisas, que me vai dar vantagens competitivas, e não vai-me dar só vantagens competitivas como vantagens financeiras, porque posso fazer negociação muito mais rápida mais eficaz muito mais pronta e vou ganhar aí recursos par investir, mais uma vez, nos medicamentos nos recursos humanos para tratar melhor os doentes. Se eu me mantiver como estou não o consigo fazer. Sou a ilha, orgulhosamente só. O tempo dos orgulhosamente só, o tempo dos conservadores já lá vai antes da revolução.

Quanto à Sr. Dra. Catarina Martins previsões de despedimentos.

Pois não há despedimentos para os bons profissionais, nós precisamos deles e são poucos. E falo de facto, os bons profissionais tem lugar em qualquer lado e seguramente lugar garantido nos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Quanto à redução de serviços e externalização, que ninguém tenha ilusões, se nós temos desperdício, nós temos que o racionalizar. Dizia o Tribunal Constitucional ainda há poucos anos, que em matéria de estabelecimentos de saúde havia 25% de desperdícios.

Temos uma margem de trabalho imensa, onde podemos ir buscar muitos recursos durante alguns anos para melhorar a prestação de cuidados. Sem despedir, sem prejuízo para ninguém, ganhando exactamente através do modelo de gestão mais adequado.

O ensino da medicina não vai ser minimamente tocado, o primeiro dos tópicos do nosso ponto estratégico foi exactamente relação Hospital/Faculdade de Medicina.

Portanto, a relação dos Hospitais da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Medicina vão ter toda a nossa atenção e são a nossa meninas de olhos, entre outras.

Quanto à Maternidade Daniel de Matos nós temos consciência que a Maternidade Daniel de Matos há os mais elevados índices de qualidade da assistência materna e neo-natal, não tenhamos ilusões a esse respeito. Agora nós não queremos destruir o que está bem, nem vamos tocar na maternidade enquanto não tivermos as melhores condições para que a função maternidade seja melhor instalada e seja mais próxima para atender melhor os doentes.

Aqui há dois aspectos que são importantes reter de vez:

-Uma delas é a função hospital, outra é o local onde a função o hospital esta instalada. São duas coisas diferentes a função do Hospital da Universidade de Coimbra esteve na Alta, já esteve em muitos lados, agora está naquele edifício novo. Mas nós temos ainda espaços onde a função hospital, não está bem servida pelos espaços, nomeadamente em Celas. Não tenhamos medo falar das situações, Celas serve muito bem sob seu ponto de vista profissional do seu ponto de vista humano e do seu ponto de vista técnico, mas Celas não tem as melhores condições hoteleiras para servir, nós queremos dar aqueles doentes também boas condições hoteleiras.

A Maternidade a evoluir, a mudar, vai mudar quando nós tivermos condições para alojar num espaço que dê a possibilidade de ser uma Maternidade Central que responda às complexidades da região e responda obviamente à procura concelhia e distrital. Já agora há outra pergunta: então não corremos o risco de evoluindo para as elevadas complexidades não atendermos os que estão próximos? Não, não senhor deputado, eu disse ali e tive o cuidado de o referir que seremos um hospital concelhio distrital regional e nacional. E não é presunção com os nossos profissionais e o Senhor aí não teve a consideração devida para com os profissionais dos Hospitais da Universidade de Coimbra, peça-lhe desculpa, porque não é por aí, com estes profissionais pontos de referência a nível Internacional. Aliás, neste momento os Hospitais da Universidade de Coimbra atraem doentes de vários países e por isso não é de modo nenhum presunção pensarmos assim, pelo contrário nem sequer é algo intangível. Existe neste momento.

Fim de linha nós queremos ser, atracção pela qualidade nós queremos ser, agora para além de nós e porque somos um hospital de complexidades para além de outras vertentes do hospital, há coisas que nas quais nós damos prioridade, tratamos o que devemos tratar quando é urgente, mas há situações que não são urgentes.

Nós temos a maior realização em 2006 de cirurgias de ambulatório, mas as cirurgias de ambulatório na sua generalidade não são cirurgias de urgências nem são cirurgias complexas, nem são cirurgias que ponham em risco de vida a pessoa. Para aqueles que precisam de uma intervenção cirúrgica de urgência ou para patologias que põem em risco a sua vida que outros não o sabem fazer, ou não têm condições, ainda que o saibam fazer, para esses, nós temos que estar disponíveis, para os outros temos que lhes dizer tenham paciência têm de esperar algum tempo até que tenhamos condições.

E mais, também lhe digo que, a nossa média de espera na lista de cirurgia é cerca de sete meses. Os doentes só ao fim de nove meses é que recebem o vale de cirurgia para saírem do nosso hospital. Em média no nosso hospital esperam cerca de sete meses, até nem estamos mal de todo, comparativamente com outros, nem aí, embora há uma ou outra especialidade que devido ao recursos humanos reduzidos, ou, a ser a única referência regional para determinadas patologias não têm manifestamente recursos, para responder antes dos sete meses.

As dúvidas são legítimas temos de as respeitar, agora o que eu francamente peço aos deputados municipais desta Assembleia, à população de Coimbra é que contribua com as suas dúvidas e com as soluções e sugestões para as suas dúvidas, só dúvidas não fazem parte da solução fazem parte do problema, esses já nós os conhecemos.

Quanto às preocupações com o ambiente, eu afirmei ali que queremos construir um hospital amigo do ambiente.

Ao Dr. Reis Marques agradeço de facto os comentários, e irmano-me com o Dr. Reis Marques nas preocupações também, porque são nossa as preocupações, e obviamente nós estamos preocupados com a reorganização dos serviços, particularmente dando melhores condições no atendimento e dando melhores condições para os profissionais, porque os profissionais fazem parte da solução do nosso hospital.

Dr. Serpa Oliva nós queremos ser mesmo a última esperança, o fim de linha e temos o doente no centro do processo. A gestão EPE é exactamente para irmos buscar a algumas áreas que há desperdício recursos para gastarmos mais e melhor nos doentes. É para isso, e nós sabemos que há áreas onde podemos ir buscar recursos significativos sem prejudicar minimamente o atendimento e a assistência e o tratamento. Aliás, no nosso hospital nunca foi negado um medicamento seja caro ou seja barato e o Dr. é disso testemunha, os medicamentos necessários são servidos aos doentes custem o que custar, porque para esses não há de facto reserva.

Finalmente, o Dr. Moisés Geraldês, quanto às urgências, é evidente que as urgências são um ponto muito crítico, a começar pela natureza da situação, situação urgente é uma situação que cria emoção que cria dificuldade que cria labilidade. As urgências de um hospital como o nosso são urgências polivalentes, são urgências dirigidas para atender situações difíceis, muito difíceis, lá só deveria entrar teoricamente os laranjas e os vermelhos, mas entram muitos verdes e muitos amarelos.

Quanto à pergunta do Dr. Moisés, se as urgências aumentaram muito com os encerramentos dos SAP's do distrito de Coimbra, é uma falsidade completa.

Eu era Presidente da Direcção Regional Saúde do Centro, ou protagonizei a alteração de horários de funcionamento da grande parte dos centros de saúde do distrito. Não mexemos naqueles que havia dificuldades porque não estavam reunidas as alterações alternativas, é bom que fique claro, as urgências os SAP's aonde não havia alternativas, mantiveram-se

abertas 24 horas, e outros encerraram e foram muitos das 22 horas às 8 horas da manhã e monitorizamos mensalmente o aumento do número de urgências dos HUC e no CHC.

Meus caros podeis ficar tranquilos, o aumento foi absolutamente insignificante, houve meses em que o aumento foi dois ou três doentes por mês, noutros foram vinte ou trinta, no pior que houve questões de gripes, cento e poucos no mês duzentos num mês no limite o que não significa praticamente nada por dia. Não é o encerramento dos SAP's das 22 horas às 8 da manhã que aumenta as urgências.

Esses números existem disponíveis.

Senhor Professor Manuel Porto, o nosso orçamento também não é propriamente metade, nós somos de facto razoavelmente penalizados mas não tanto, e para isso lhe garanto uma coisa, este conselho de Administração tem estado a trabalhar intensamente a negociar o novo contrato do programa para 2008, tentando fazer valer as suas valências, o seu valor e a importância deste hospital na região como repito de facto um hospital de referência único da região de mais prestígio de modo a que fazendo valer esses valores pousamos de algum modo subir no financiamento para que possamos prestar mais, melhor serviço e serviço de diferente qualidade porque é isso que se espera de um hospital central, de um hospital polivalente de um hospital universitário que somos e queremos continuar a ser.

A marca continuará a ser Hospitais da Universidade de Coimbra."

Terminada a intervenção do Presidente do Conselho de Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, Professor doutor Fernando Regateiro, tendo o Presidente da Assembleia Municipal lhe agradecido a amabilidade da deslocação a esta Assembleia.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:**

"A Freguesia de Almalaguês deseja um Feliz Natal e um Ano 2008 de sucesso a todos.

Esta minha intervenção centra-se em dois assuntos urgentes: a Freguesia de Almalaguês como freguesia periférica e a defesa da dignidade dos Presidentes de Junta.

Almalaguês é de facto uma freguesia periférica a precisar que todos olhem para ela, de forma a conhecê-la, a compreendê-la e a respeitá-la.

Os senhores sabem que temos ainda em Almalaguês zonas sem qualquer tipo de transportes públicos? A Tremoa, Casal Novo, Portela, Braçais, Abelheira e Matos, Carpinteiros, Vale de Cabras, são lugares onde nem o autocarro, nem o comboio, nem nada passa por ali. Quem precisa, utiliza a bicicleta, a motorizada, o automóvel ou vai a pé. Mas de transportes públicos não ficamos por aqui, já que, a restante freguesia é servida pela Transdev e dispomos de quatro carreiras diárias desde as 7 às 19 horas, e depois? Continuamos isolados do resto do município.

Tendo estado em algumas cerimónias de inauguração a propósito de saneamento básico em freguesias do norte do concelho, e ouvi colegas meus a dizer ao Sr. Presidente da Câmara que "agora, já só falta esta rua onde nos encontramos,...", e eu, meus senhores, penso com enorme angústia e amargura; a minha freguesia, depois de terminada esta fase, em 2008, ficarão apenas 21, dos 27 lugares da freguesia de Almalaguês sem saneamento básico! Os senhores têm consciência disto?

Os senhores não têm consciência disto, porque continuamos isolados do resto do município.

Continuamos em Almalaguês sem Posto Médico e Cuidados de Saúde condignos. É urgente que compreendam, que a saúde é uma doença em Almalaguês.

Piscinas, Parques Desportivos, Zonas de Lazer, Cinemas, Teatros, acesso à cultura, acesso ao desporto, acesso à educação, acesso ao desenvolvimento,... os senhores devem saber o que isso é, nós não! Nós continuamos isolados do resto do Município.

Alguns colegas, presidentes de junta, têm dito aqui, nesta Assembleia, a sua verdadeira preocupação, e ouvimos reclamar persistentemente na falta de sacos de plástico para distribuir pelos moradores de freguesia... Eu para Almalaguês só peço: saúde pública, saneamento básico, água, luz vias de comunicação e transportes públicos.

Se as freguesias mais desenvolvidas não abdicarem de um pouco daquilo a que têm direito, contribuindo activamente para a recuperação social daqueles que nada têm... ficarão mais 1 ou 2 séculos num patamar de exclusão e abandono intransponível.

Falar da dignidade dos Presidentes de Junta, é falar das Juntas de Freguesia sem condições mínimas de trabalho, sem meios financeiros e humanos.

O nosso Governo, os nossos Ministros e secretários de Estado, os nossos Governadores Cívicos devam pensar que todas as 4.256 freguesias do país, são iguais à freguesia da Amadora ou à freguesia de St. António dos Olivais.

Mais de 90% das nossas freguesias, não têm funcionários, não têm portas abertas, não têm condições mínimas de responder às populações que supostamente deveria servir.

Nós somos "escravos do sistema" e sabem porquê?

Porque nos obrigam a fazer aquilo que não nos compete fazer, e principalmente porque anunciam na televisão, que o faremos, sem nos terem comunicado primeiro. Isto é indigno!

Nós registamos as aves com gripe e sem gripe, registamos os cães e os gatos, registamos os cães e os gatos, registamos gratuitamente aquilo que o Ministério da Saúde, os seus funcionários, os veterinários municipais são pagos com os nossos impostos para fazer.

Nós controlamos e verificamos gratuitamente os desempregados inscritos no Fundo de Desemprego, aquilo que o Ministério do Emprego e Segurança Social, os funcionários do Instituto de Emprego, são pagos com os nossos impostos para fazer.

Nós ajudamos gratuitamente a preencher as declarações de IRS, aquilo que o Ministério das Finanças, os serviços e funcionários das Repartições de Finanças são pagos com os nossos impostos para fazer.

Nós registamos e identificamos gratuitamente os tractores, as máquinas agrícolas e moto cultivadoras, aquilo que o Ministério da Agricultura são pagos com os nossos impostos para fazer...

Nós, Presidentes da Juntas, somos a voz, acara, o olhar e o anseio das populações! Não somos e recusamos ser "o saco das pancadas".

Foi entregue na Assembleia da República uma proposta de lei resultado de um acordo entre PS e PSD que altera o artigo 53º da lei das Autarquias Locais, retirando aos Presidentes de Junta a dignidade que ainda lhes restava, a capacidade de votar o Plano de Actividades e o Orçamento das Câmaras Municipais. Isto, meus senhores, é retirar-nos o que nos restava.

Os Deputados, os Partidos Políticos, o Governo têm que conhecer e reconhecer a realidade, e para isso, poderá só haver um caminho, a demissão colectiva dos Presidentes de Junta, e isto, podendo passar pela ANAFRE deve ser o caminho a percorrer.

Eu estou disposto a isso, em defesa da dignidade que me resta!"

### **Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):**

Homenagem a Fausto Correia

"Pedi a palavra por uma razão que vão ver a seguir, esta é a primeira reunião da Assembleia Municipal após o súbito falecimento do Dr. Fausto Correia.

Pessoa a quem me ligava profundos laços de amizade e de fraternidade, mas foi uma pessoa que marcou Coimbra, marcou o seu tempo, pessoa dedicada do seu ponto de vista cívico à Cidade que o viu nascer aqui perto.

E como dizia um seu também amigo, escritor Batista Bastos numa das suas obras significativamente intitulada no interior da tua ausência publicada à relativamente pouco tempo, dizia uma das suas personagens “Viver é perder amigos”.

Não quero ter esse sentimento trágico da vida, mas, de facto o que faz falta aos homens é o tempo em que vivermos um determinado tempo quando os amigos definem e marcam esse tempo.

O Dr. Fausto Correia foi um dos amigos que definiram e marcaram muito do tempo que eu vivi em Coimbra.

Conheci poucas pessoas como ele, que tratassem todas as pessoas independentemente da sua condição social de igual para igual.

Conheci poucas pessoas como ele que se tivessem dedicado tanto aos problemas dos seus iguais e aos problemas da Cidade de Coimbra, atrevo-me até a citar de cor uma parte de um poema, de um dos maiores poetas gregos, **Constantinos Cabasis** que diz “*a cidade seguir-te-à levás a Cidade dentro de ti*”; estou certo e seguro por aquilo que conheci do Dr. Fausto Correia que ele levou esta Cidade dentro de si, lá para onde foi.

O que espero é que a Cidade o siga, que aqueles que se empenham civicamente na vida da nossa Cidade o sigam com o seu exemplo de empenhamento cívico aos mais diversos níveis.

Portanto, proponho singelamente que, antes de mais esta Assembleia se associe à deliberação que já foi tomada no Executivo Camarário na reunião imediatamente após o falecimento do Dr. Fausto Correia, de atribuir o nome do Dr. Fausto Correia a uma rua ou a uma avenida ou a equipamento de carácter colectivo. Quero associar-me e congratular-me com essa decisão do Executivo Camarário e simbolicamente proponho um minuto de silêncio em memória do Dr. Fausto Correia.

Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceder a este meu pedido."

**A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar um minuto de silêncio em memória ao Dr. Fausto Correia.**

Mais foi deliberado também por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo deputado Vassalo de Abreu.

### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:**

"Venho aqui, em nome de um grupo de comerciantes, não era a mim obviamente que me competia fazer esta intervenção, mas dado que sou Presidente de uma Junta que aglutina grande parte do comércio da Baixa de Coimbra, chamar a atenção para uma discriminação que está a existir e um problema que está a existir levantado pela Câmara Municipal de Coimbra, no que diz respeito aos comerciantes do comércio tradicional e aos comerciante que se estão a instalar no miolo da Baixa de Coimbra do comércio Chinês.

Os comerciantes da Baixa de Coimbra já receberam e estão a receber, cartas registadas com "ar", que é para não se perderem, que é para ter prova que chegaram concerteza em que a Câmara diz que as pessoas tem de retirar os toldos no prazo de 10 dias se não os retirar a Câmara submetesse à retiradas dos mesmos toldos, sendo que o trabalho realizado pelo Município terá que ser pago por as pessoas possuidoras dos mesmos toldos.

Aqui a pouco mais de 20metros, junto à Câmara Municipal de Coimbra existe um estabelecimento que abriu à cerca de 1 mês, e que dá para os apanhados, mas como em Coimbra andamos sempre distraídos, as pessoas que vivem nesta cidade como eu e vocês, verifica-se um toldo todo torcido, todo mal deteorado, com os dizeres “*Ferragens Agosto Neves*” no seu interior é uma loja chinesa.

Pergunto, onde está a Fiscalização desta Casa? O que é que fazem este senhores?

Depois, o Presidente de Junta é que é mau, é agressivo.

O tratamento com uns é de uma maneira, o tratamento com outros é de outra. Aos comerciantes da Baixa que estão em crise, nem com noites brancas, nem com noites amarelas, a crise não altera!

Tentou-se o método da Ecovia, e aproveitou aqui a presença do Sr. Administrador dos SMTUC para agradecer e também sob a proposta do Senhor Presidente da Câmara passámos a ter Ecovia, mas o negócio da Baixa continua em crise, os comerciantes queixam-se.

Provavelmente não era eu que devia estar aqui, deveria ser a Associação Comercial de Coimbra, aqui a chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara quem tutela politicamente esta casa, porque é incorrecto está a ser feito.

Tive na minha mão uma carta registada com "ar", com uma notificação do género.

Pergunto, aquele estabelecimento que era uma loja de ferragens tradicional, em que as portas eram de ferro forjado, que tinha montras, hoje está ao nível da cota soleira, como é que é possível isto numa cidade como Coimbra, foi consultado o IPPAR?

A segunda questão tem a ver com desporto.

Queria agradecer ao sr. vereador Luís Providência de facto outra coisa não era de esperar responder, ao que não acontece com outros, às cartas e ofícios que as Juntas lhe enviam, em relação a uma notícia que já vem nos jornais, queria-lhe agradecer a sua resposta, porque ficámos efectivamente a saber que os jogos de Coimbra Séc. XXI, não se realizaram por falta de seguros.

Espero, enquanto Presidente de Junta interessado na realização desse invento, e V. Ex<sup>a</sup>. Também, que no próximo ano não haja falta de seguro e que o invento seja uma realidade."

#### **Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):**

"Vou tentar ser rápida na intervenção que me trás aqui.

Não é por ser Natal que hoje vou tecer um elogio à Câmara Municipal de Coimbra, faço-o não envolvo nesse espírito obviamente, mas porque ontem quando cheguei à esta Cidade, tive o prazer de ler os jornais regionais que é uma coisa que me prezo fazer.

Li, fiquei contente, tenho de o dizer que vai haver uma acção do pelouro do desporto, em que Coimbra se associa com um espírito olímpico, é uma iniciativa que espero, o senhor presidente da junta de S.Bartolomeu referiu outra acção que tinha sido anunciada e que seria muito importante para esta Cidade mas infelizmente por falta de seguros não se realizou espero que seja desenvolvida. Isto porque obviamente além de eu considerar que é importante o desenvolvimento de desporto na Cidade de Coimbra também porque toda a gente sabe que é um vereador do meu Partido.

Espero que efectivamente esta iniciativa não seja apenas uma iniciativa, ou mais uma iniciativa anunciada. É claro que isto não é por inércia de quem está à frente dos serviços, mas muitas vezes pela famosa e terrível contenção orçamental. E é talvez por esta contenção orçamental que isto já, permita-me Senhor Presidente entrar um pouco no orçamento, depois não ocupar espaço, que nos leva a ver a posição do desporto e da juventude sempre tão discreta nesta Cidade.

Inclusiva e porque gosto daqui fazer justiça àquilo que os outros dizem, é o próprio Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que o refere nas suas áreas a privilegiar para o orçamento de 2008 que faz e anuncia as prioridades que serão desta Câmara Municipal, que refere um conjunto de áreas que acho que são importantes mas nas quais eu não encontro nem desporto nem a juventude e obviamente que me pergunto porquê?

A juventude, pensei e cheguei provavelmente a esta conclusão, apesar de sermos esta cidade universitário, é verdade se estamos tal como o país a envelhecer, talvez por isso entenda que não haja um tão grande investimento na juventude.

Mas no desporto confesso, que não encontrei nenhuma razão de fundo, não encontrei nenhuma razão de fundo porque me lembro, fiz campanha obviamente porque os meus dois mandatos deste executivo lembro-me da Coimbra Campeã, lembro-me dos investimentos que foram feitos a nível de infraestruturas nesta Cidade. Sabemos todos custos que estão inerentes e portanto não percebo porque somos sempre tão discretos em termos de iniciativas e de capacidade, ou de dar capacidade para que se faça uma gestão e um maior envolvimento da área desportiva.

Certamente não é porque o vereador é do CDS, porque estamos em parcerias, estamos em coligação somos obviamente parceiros e parceiros são bem comportados, por isso, não é por aí.

Pensei então que haverá algum motivo e certamente o iremos entender.

Lembro-me que uma vez aqui defendi e voltaria a fazê-lo obviamente, o Executivo Camarário em relação ao orçamento participativo demonstrando a transparência que se pode ter através do *sait*.

Hoje, quando pensava nestas questões do desporto da juventude basta abrir o mesmo *sait* da Câmara Municipal de Coimbra encontro um conjunto de áreas que estão na primeira página, são áreas de destaque são áreas relevo por isso estão na primeira página.

Mesmo que estejam relativamente duplicadas, engraçado quando procuro o desporto ou a juventude é difícil porque ele está, penso que todos saberão nas informações.

Espero sinceramente que em 2008 esta Cidade que, já se apresentou pela menos em campanha como Coimbra Campeã aposte mais no desporto e obviamente na juventude até porque o nosso futuro passa pela juventude.

Em relação a uma segunda questão que é mais uma vez um elogio. Gosto das cidades pequenas, cidades de média dimensão, as cidades pequenas ainda construídas à escala humana, não prevemos não sentimos a frieza das grandes urbes. Por isso, mesmo Coimbra ainda é uma pequena grande Cidade, com as suas virtudes das pequenas cidades, mas obviamente também com pequenos defeitos. Diria que esse pequeno defeito, é aquele que de alguma forma todos nos conhecemos ou todos nos movimentamos mais ou menos nas mesmas áreas, isto era apenas um esclarecimento que eu queria prestar, porque vamos entrar em 2008, assim cada um de nós sabe as posições sabe com o que pode contar.

Há alguma preocupação da parte da minha anterior bancada, em relação ao meu estatuto. O meu estatuto é muito simples, refiro-me ao meu estatuto político obviamente, no entanto CDS/PP, mas Independente na Assembleia Municipal de Coimbra. Penso que não levanta dúvida nenhuma, aliás foi e está previsto neste regimento que todos nós aprovamos, não fui eu que o fiz, está aqui previsto o estatuto de independente.

Não consigo perceber, embora até nem reconheça a legitimidade de alguns que tentam pedir, junto da Assembleia Municipal informações à cerca da minha posição. A minha posição, é vem que fique clara de independente, não estou a falar na minha posição geográfica, hoje ali até gostei do sítio, não percebi se me encostaram mais à esquerda ou mais à direita, mas gosto da panorâmica e da nova localização.

Depois não consigo perceber, honestamente, sou apenas uma pessoa, sou apenas um voto, sou até uma mulher que tem sempre alguma fragilidade, os Senhores são 31 mas porquê? Um voto contra 31, não consigo perceber esta tentativa de todos os dias saber se estou legal ou ilegal.

Isto apenas para vos dizer que assistimos hoje aqui ao apresentar uma série de problemas, são realmente problemas sérios para a Cidade, é problemas em que nos temos que envolver todos independentemente das bancadas ou das posições onde nos sentamos. Há necessidade de implementar políticas sociais nesta cidade, há necessidade de unirmos esforços para que Coimbra não se anule para que Coimbra dê e crie bem estar e qualidade

de vida aos seus munícipes, essa deveria ser a preocupação de todos nós, o resto desculpem são conversas de comadres e portanto não são relevantes.

Estarei, porque para isso fui eleita, sempre disposta e votarei é-me indiferente com a bancada do Bloco de Esquerda, com a bancada da CDU, com o PS ou com a bancada “Por Coimbra”, sempre que se tentar implementar uma medida e que seja para o bem da Cidade."

**Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):**

"Queria dizer o seguinte antes de continuar, que da minha parte não houve qualquer dúvida acerca do seu estatuto e portanto esteja à vontade, encostada à direita à esquerda. Sinto-me sempre bem com a sua presença nesta Assembleia.

O que me trás aqui Sr. Presidente é o seguinte:

Como V. Exa. sabe, nós tivemos muito gosto em que hoje o Director dos Hospitais da Universidade de Coimbra aqui estivesse para podermos ouvirmos da parte dele, mas sobretudo para ele saber, que há muitas dúvidas em relação à política que é seguida no UHC e à estratégica que é seguida o plano estratégico para os Hospitais da Universidade de Coimbra, apesar de nós temos a convicção de que num momento como este de discussão do orçamento a presença do Dr. Fernando Regateiro nos vai impedir de discutir com a profundidade que pretendíamos o orçamento, julgo que é importante que aqui se tragam alguns assuntos, os responsáveis por alguns assuntos que são importantes para a Cidade.

Um dos assuntos do nosso ponto de vista, é importante para a cidade para a região e para o país diz respeito à conclusão do Hospital Pediátrico. Não queremos que as obras do Hospital Pediátrico que seja obras de Santa Engrácia

E portanto, da mesma forma que, o líder da bancada do Partido Socialista convidou com o acordo de V. Exa. o Dr. Fernando Regateiro a estar presente, nós gostaríamos que pudessemos ser esclarecidos com o que se passa com o Hospital Pediátrico.

Da nossa parte temos fundamentalmente cinco questões a colocar:

1ª-É saber qual é definitivamente o calendário para a conclusão do Hospital Pediátrico.

2ª-Qual é a dotação prevista no orçamento de Estado para cada ano na conclusão do Hospital Pediátrico.

3ª-Qual é a programação, se foi alterada ou mantida, para a conclusão do Hospital Pediátrico.

4ª-É saber se o QREN há uma dotação ou está prevista a utilização das verbas do QREN para o Hospital Pediátrico.

E sendo certo que nós achamos que sim, o que nos preocupa é se vai ser incluído no QREN regional ou no QREN nacional.

Porque nós entendemos que o hospital é uma grande unidade hospitalar de carácter nacional, não é uma unidade hospitalar de carácter local ou regional, e por outro lado, entendemos que há um conjunto de investimentos que devem ser feitos nesta região e o QREN regional não pode incluir verbas para o Hospital Pediátrico.

Pedia-lhe portanto, Senhor Pediátrico que pudesse agendar da mesma forma que fizemos em relação ao Director dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nós pudessemos ter aqui o Presidente da ARS eventualmente para nos poder responder a cinco dúvidas concretas que nos pomos, não são cinco abstrações são cinco dúvidas.

Nós não queremos que o hospital pediátrico nunca mais esteja acabado."

**Intervenção do deputado municipal Serafim (BE):**

"Gostaria de partilhar convosco algumas das minhas preocupações, que pelos vistos também serão comuns ao Senhor Presidente da Câmara. Quer no que toca às políticas de

apoio à primeira infância e às famílias, nomeadamente no que diz respeito à clamorosa carência de creches no concelho; quer aos problemas suscitados pela não homologação da Carta Educativa e suas implicações na requalificação e reordenamento da rede escolar, que podem levar à perda de oportunidade de financiamento do QREN de novas escolas de que a cidade precisa, quer ainda no que diz respeito ao suposto clima de insegurança que se viverá na Baixa da cidade.

Estas três preocupações são-nos, de facto, comuns. Ainda que, lamentavelmente, em todas elas divirjamos das soluções apontadas pelo Senhor Presidente. Pois que estas, pecam, por ordem de enunciação, de vacuidade demagógica, falta de visão, coerência e arrojo modernizador, e obsessão populista securitária.

Em recentes declarações à imprensa, por ocasião da inauguração de um parque infantil nos Casais de Santa Maria, o Senhor Presidente constatou uma evidência que poderíamos dizer de *“la palice”*: em Coimbra há um grande défice de creches, disse. Públicas, acrescentamos nós, e que acolham crianças dos 0 aos 3 anos respondendo à imensa procura e às necessidades das famílias. De seguida anunciou, para a imprensa, que esta seria uma das prioridades do seu executivo. Aqui começa o discurso fácil que fica bem mas não compromete, nem sequer corresponde a qualquer real intenção que não seja a mais pura e desavenhosa demagogia. Lembramos que este era um item que já constava no programa eleitoral da coligação da maioria, no ponto *“Coimbra solidária”*. Apenas para enfeitar e compor a rubrica, está bom de ver, pois que até hoje nada foi feito nem se prevê que o venha a ser nos tempos mais próximos.

Como tal anunciada *“prioridade”* não encontra qualquer indício de materialização prática, somos levados a deduzir que se trata de mais um bem ensaiado exercício de prestidigitação por parte do Senhor Presidente. Como se já não nos bastasse ter um vereador da cultura que se reivindica milagreiro e outro nas finanças, que é malabarista. Por este caminho, não me leve a mal, mas parece que a Câmara corre o risco de virar um Circo.

Quanto à Carta Educativa e à já tardia troca de argumentos e farpas entre o Senhor e a DREC, devido à sua não homologação. Grita que é inadmissível a postura da DREC, pois que pode colocar em causa o financiamento pelo QREN da necessária requalificação e reordenamento do parque escolar e a construção de novas escolas. É de facto inadmissível, afirmamos nós, e absolutamente inaceitável a irresponsabilidade de ambos.

Quanto ao senhor Presidente, dizemos-lhe de forma frontal e clara que o seu discurso é profundamente demagógico e revela uma enorme falta de visão e de arrojo modernizador, de facto é um logro.

Diz-se contrário ao encerramento de escolas com duas salas, em nome de uma política de proximidade das populações e do não esvaziamento das freguesias da periferia. Senhor Presidente até poderíamos estar de acordo consigo se, em lugar de estarmos a falar de Coimbra, nos situássemos no concelho de Tábua, da Pampilhosa da Serra, Arganil ou Oliveira do Hospital, entre outros concelhos do interior, onde uma política de encerramentos cegos e decididos por via administrativa, a régua e esquadro, traçados por burocratas apenas preocupados com o défice orçamental, contribuem de facto para a desertificação do já muito abandonado interior. Porém, estamos a falar do concelho de Coimbra, onde a realidade é outra bem diferente. Diz o Senhor Presidente que não quer construir mais escolas no centro da cidade, onde nem sequer terá terrenos para tal. Até podíamos estar de acordo. Mas, senhor Presidente, isso é justamente o que propõe na carta Educativa. Onde apenas estão previstas três novas escolas, justamente na Solum, em Montes Claros, zonas claríssimamente centrais da nossa cidade, e em Eiras. O Senhor não está interessado na defesa da qualidade do serviço público de ensino, na sua dignificação e

na oferta de igualdade de oportunidades a todas as crianças, criando novos e modernos centros educativos que ofereçam salas devidamente equipadas, bibliotecas, bares, refeitórios, ginásios, espaços para o desenvolvimento de actividades de complemento curricular e ocupação plena dos tempos escolares. O Senhor erra ao querer poupar dinheiro onde mais devia investir, na educação das nossas crianças. A cidade só para solucionar o problema dos horários desdobrados e responder às acrescidas responsabilidades da escola a tempo inteiro necessitaria de pelo menos mais um Centro Educativo. Sem nos pretendermos substituir às equipas técnicas competentes, parece-nos no entanto resultar com alguma evidência que a zona da Serra que vai desde o Tovim, passando pelo Casal do Lobo, Rocha Nova até ao Dianteiro, carece de um novo e moderno centro educativo, o mesmo acontecendo com a zona Norte da cidade no triângulo Vil de Matos, Trouxemil, Alcarraques, Antuzede e com a zona oeste do concelho S. João do Campo, S. Silvestre, Zouparria, Lamarosa, S. Martinho de Árvore. Estamos a falar, salvo melhor e mais ponderada análise, da construção de pelo menos mais quatro Centros Educativos que, subsidiados a 70% pelo QREN poderiam custar à Câmara, à volta de 1 milhão e meio de euros. Sensivelmente o que foi gasto com o Estádio de futebol Sérgio Conceição, um hino ao despesismo e à falta de bom senso, e de boa gestão dos dinheiros públicos.

A Educação é um investimento não um custo. Mas a Câmara prefere não gastar dinheiro e, tal como está previsto na sua Carta Educativa, pretende, esvaziar as actuais escolas EB23, empurrando os alunos do 3.º Ciclo para as Secundárias, e aí despejando as crianças do 1.º Ciclo, transformando-as, assim em EB12. Tal política que, ao que tudo indicia, será também a orientação da DREC uma vez que, segundo informações que nos chegaram, já terá dado ordens a algumas escolas da cidade no sentido de se prepararem para receber, no próximo ano lectivo, crianças do 1.º Ciclo, constitui um autêntico absurdo e um profundo erro que a cidade e em particular as nossas crianças pagarão caro nos tempos mais próximos. Pois que veremos os ventos de modernização do parque escolar passar ao lado da cidade, mantendo esta, orgulhosamente só, as velhinhas escolas legadas pelo Plano Centenário dos tempos da “Velha Senhora”.

Ainda a propósito de escolas e da sua necessária manutenção e reabilitação, responsabilidade da autarquia, gostaria de aproveitar a ocasião para interpelar directamente o Senhor Presidente da Câmara, acerca da Escola EB1 de Almas de Freire onde, segundo uma munícipe que a nós se dirigiu, existirá a funcionar em condições bastante degradadas e degradantes um pavilhão anexo à escola, cujo tecto em amianto, sublinhe-se, se encontrará em péssimas condições, deixando, inclusive, entrar a água da chuva e ameaçando ruir. Segundo o que nos foi informado no pavilhão funcionavam as actividades de um ATL, cujos responsáveis se terão proposto construir um novo espaço de raiz. O que não foi autorizado pela Câmara, com o argumento de que o pavilhão que aí se encontra não se encontra no projecto da escola e que para esse espaço estaria prevista a construção de um parque infantil. Acontece que este ano lectivo com a escola a funcionar a tempo inteiro sem desdobramento, assoberbada com as actividades de enriquecimento curricular e com uma turma a mais do que as salas da escola comportam, a solução encontrada pela Câmara foi colocar uma turma no dito pavilhão, que pelos vistos será clandestino. Mas, ainda assim, vai servindo à Câmara para colocar lá alunos, sem que reúna as mínimas condições de segurança e de conforto.

Quanto ao recorrente tema da insegurança na Baixa, é para nós preocupante esta espécie de paranóia esquizofrénica securitária que se vai alastrando de forma insidiosa criando um efeito psicológico colectivo de insegurança que, na verdade, nos parece demasiado empolado. Ainda não há muito um investigador, do Instituto de Estudos Regionais e

Urbanos de Coimbra apresentou um estudo, no colóquio “A Baixa de Coimbra: que futuro? Em que concluíamos que a insegurança na Baixa seria mais aparente do que real. Segundo o investigador verificava-se maior número de furtos na zona da Solum do que na Baixa. No entanto, não se ouve falar de forma alarmista na insegurança dessa zona mas sim na Baixa da cidade. Não pretendemos aqui negar que também na Baixa há um relativo aumento de furtos de que serão alvo, sobretudo, as lojas e não tanto os transeuntes que apesar de tudo, ainda circulam, mesmo de noite, com alguma segurança e tranquilidade. Os responsáveis pela gestão da cidade em vez de, ao mínimo incidente, dramatizarem o problema da insegurança vindo a terro defender a urgência da instalação de um sistema de videovigilância, ampliando, desta forma, ainda mais os receios da população, melhor fariam se primeiro estudassem, de facto, o fenómeno em toda a sua dimensão e com rigor a fim de tomar as medidas mais adequadas para tranquilizar os cidadãos. Se na verdade existe uma onda tão grave de insegurança na Baixa, como pretende Carlos Encarnação combatê-la? Com uma câmara em cada esquina, em cada rua, em cada casa? Alguns comerciantes da Baixa, desesperados com a crescente perda de clientes devido à concorrência das grandes superfícies, aliás incentivada por este executivo, e com a desertificação da Baixa - esse sim, um problema bem real - aplaudem a instalação do sistema de vigilância do Big Brother. Maior responsabilidade e mais sensatez aconselhariam que não se agitassem fantasmas reais ou imaginários, que apenas aumentam o clima de medo e insegurança, afastando ainda mais os cidadãos, mas antes se promovesse um policiamento de maior proximidade e mais regular de efeito mais dissuasor.

Já agora, Senhor Presidente, para finalizar a minha intervenção e ainda a propósito da segurança da população do concelho, sempre lhe digo, com algum alarme plenamente justificado, que, segundo dados da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária o concelho de Coimbra, triste e preocupantemente ocupa o topo da tabela de acidentes com vítimas, (32 mortos e 2363 feridos) registando igualmente elevado número de acidentes de viação com fuga (323 em 2006, 270 já este ano sem ter chegado ao fim). Os dados presentes parecem vir dar razão ao Bloco de Esquerda, quando em recente acção política, levada a cabo em Coimbra sobre os problemas dos transportes e da mobilidade urbana, alertámos para a insegurança que os peões vivenciam na nossa cidade em que as passadeiras muitas das vezes, não são respeitadas transformando-se em perigosas armadilhas. Este sim, parece-nos constituir um gravíssimo problema a requerer medidas urgentes e que pelos vistos não preocupa o executivo municipal. O comandante da PSP reivindicava, a este propósito, com carácter de urgência a aquisição para a cidade de um carro descaracterizado que permita a gravação de imagens. Ora aí está um bom investimento para o Senhor presidente que tanto parece gostar de carros novos e de câmaras de vigilância. A verdadeira insegurança, pelos vistos está instalada nas ruas e nas estradas onde circulam verdadeiros criminosos, muito mais do que nas ruas onde nos passeamos e circulamos pedonalmente.

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:**

"Venho aqui falar de uma questão que foi levantada, não só como Presidente de Junta mas também como Coordenador Distrital da Associação Nacional de Freguesias e sendo certo que é partilhada pelos restantes colegas e também membros de Órgãos Nacionais da ANAFRE.

Há uma tentativa de alteração na Lei das Autarquias Locais.

Ora, a ideia é simples, é fazer desaparecer a importância e o papel de Presidente de Junta e se possível corrê-lo das Assembleias Municipais, tem a ver só com o aspecto.

O que quero dizer é somente isto.

Que não concordo com a lei, é uma lei injusta, não respeitadora dos princípios e dos direitos democráticos e mais, o Presidente de Junta de facto, é aquele que está mais próximo dos cidadãos, naturalmente pela proximidade física aos seus fregueses, ele é arquitecto, cantoneiro, engenheiro, administrativo, contabilista, gestor economista e por aí adiante, ou seja, ele faz de tudo e o Estado só se lembra do Presidente de Junta quando está aflito, porque fora disso esquece o Presidente de Junta e a sua importância e a importância do executivo da junta, e naturalmente da assembleia de freguesia.

Quero somente dizer que sou contra, lutarei contra a esta intenção esta alteração, esvaziar a competência e os poderes do Presidente de Junta, porque eu tenho que ter o direito de votar o Plano e Orçamento porque aí também, estão as obras da minha freguesia, e não deleguei competência a ninguém para decidir pela minha freguesia.

Era bom que os mentores desta alteração, antes de serem políticos comesçassem a exercer o cargo com dignidade de presidente de junta era por aí que deveriam começar pela base. Porque se comesçassem como presidente de junta seguramente percebiam quanto difícil é, exercer o lugar de presidente de junta, dirigir uma freguesia as dificuldades porque passamos, os sacrifícios que são feitos. E seguramente tinham uma dose de humildade diferente, para entender o quanto é importante respeitar as freguesias. Portanto, era por aí que esses senhores deveriam começar.

Levantarei a voz sobre esta questão, serei frontalmente contra e desculpem deste desabafo, não passa de uma crícinice política."

#### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):**

"É apenas uma pergunta muito concreta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, trata-se do teatro da "Cerca de S. Bernardo", é um equipamento cultural situado na cidade de Coimbra, cuja construção foi financiada em partes iguais pela Câmara Municipal de Coimbra, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, num total de 900 000 000\$00 (novecentos milhões de escudos), com base no "Protocolo de Criação e Requalificação do espaço público da Zona do Pátio da Inquisição/Cerca de S. Bernardo e reconversão do Antigo Colégio das Artes," assinado quando da visita do Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, a Coimbra, em 2 de Fevereiro de 1999.

Este protocolo estipula, na sua cláusula 2ª, que "as acções a desenvolver [...] deverão ser concretizadas no prazo máximo de três anos a contar da data da sua assinatura"; e, na cláusula 3ª, que: "Esta intervenção tem como objectivo, para além do processo de requalificação urbana, criar instalações adequadas para algumas instituições culturais de Coimbra, nomeadamente os 'Encontros de Fotografia' e a Escola da Noite" (sublinhado nosso).

Previsto desde o início como elemento integrante da Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros projectada pelo Ministério da Cultura, trata-se de um equipamento cultural de extrema importância para a cidade de Coimbra, que é hoje a única capital de distrito do país que não dispõe de um teatro municipal, apesar da tradição e vocação cultural da cidade.

Ora, o Teatro da Cerca de S. Bernardo, cuja data de inauguração foi inicialmente prevista para Janeiro de 2002 e, mais tarde, sucessivamente adiada, encontra-se neste momento a funcionar clandestinamente, sem a licença legalmente exigível, e sujeito a condições de degradação que, somadas a alguns erros grosseiros de construção, têm motivado, entretanto, obras de reparação.

O motivo do adiamento da inauguração deste equipamento cultural é, neste momento, exclusivamente o diferendo existente entre a Câmara Municipal de Coimbra e a

Companhia de Teatro A Escola da Noite, a qual devia instalar-se no Teatro da Cerca de S. Bernardo como companhia residente, segundo o estipulado, entre outros documentos, no Protocolo acima citado.

O injustificado arrastar desta situação afigura-se-nos altamente lesivo dos interesses da cidade e dos seus públicos, que continuam privados do pleno usufruto de um equipamento que representou um significativo investimento financeiro quer do município, quer do Governo Central.

Acresce que, no diferendo que motiva a entrada em funcionamento pleno do Teatro da Cerca, a Câmara Municipal de Coimbra tem apresentado publicamente argumentos que contradizem de modo manifesto o estipulado no conjunto de documentos (em anexo) que sustenta o processo desde o protocolo, acima referido, que deu início à construção daquele equipamento cultural. Acresce ainda que a Câmara Municipal não deu resposta ao requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda em 23 de Outubro último (em anexo), solicitando esclarecimentos e provas documentais que sustentassem as declarações públicas, quer do Presidente da Câmara, quer do vereador com o Pelouro da Cultura, sobre o mesmo assunto. A omissão no que diz respeito à prestação de informações e à resposta aos requerimentos apresentados pelos membros da Assembleia Municipal tem sido, aliás, a prática sistemática do executivo camarário, a qual tem de ser apreciada pela Assembleia, segundo o estipulado no artigo 2º, nº 1, alínea h) do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra.

Por estas razões e uma vez que a importância e urgência do problema não se compadece com mais um acto de omissão por parte da Câmara, o Bloco de Esquerda considera necessária uma intervenção da Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências, no sentido de esclarecer os factos e de contribuir para a resolução de um problema que põe seriamente em causa os interesses dos munícipes, sob o ponto de vista cultural, e que, a prolongar-se a situação actual, acarreta gastos acrescidos para a autarquia.

Por isso, exige da Câmara uma resposta imediata ao requerimento do Bloco de Esquerda sobre este assunto, bem como um esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, nesta reunião, sobre o que pretende fazer, em concreto e em definitivo, com o Teatro da Cerca de S. Bernardo:

- Pretende ou não que ele seja gerido pelo município?
- Como pretende financiar o funcionamento deste teatro, já que não consigna verbas para tal no orçamento para 2008, seja ou não a gestão assegurada pelo município?
- Como e quando pretende resolver o diferendo entre a Câmara e a companhia de Teatro A Escola da Noite?
- Em que data, em definitivo, será inaugurado o Teatro com programação e funcionamento regulares?"

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades:**

"Como todos têm conhecimento preparam-se alterações substanciais à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais Lei orgânica nº 1/2001 de 14 de Agosto, especialmente dirigidas a dois campos de capital importância para o desempenho da actividade autárquica e para o exercício da democracia, são eles a constituição do órgão do executivo municipal, e a participação dos Presidentes de Junta, deputados municipais por inerência nas sessões da Assembleia Municipal.

Pretende-se que por força da lei revidenda seja, vedada entra outras aos presidentes de juntas ou seus representantes a faculdade de se expressarem pelo voto em situações tão imperiosa situação como da apreciação e votação nas Grandes Opções do Plano e Orçamento e da aprovação do Relatório de Gerência e Contas.

Com a anunciada revisão da Lei, também se prevêem alterações dos critério da constituição do elenco para o órgão Executivo da Câmara Municipal, o qual sujeita a aprovação da Assembleia Municipal não poderá ser votado pelos Presidentes de Junta, nem votaram também se a proposta do cabeça de lista ganhadora do Presidente da Câmara, for rejeitada numa primeira ou numa segunda vez.

Entendemos que apesar das suspensões latentes as freguesias devem encarar com indiferença a inibição de voto dos seus presidentes de junta para a constituição do órgão do executivo camarário, abstendo-se até d de emitir qualquer juízo de valor. Afinal aos Senhores Presidentes de Câmaras também lhes não é concedida a faculdade de pronúncia através de voto para a constituição dos executivos das freguesias.

Porém contra a inibição de se manifestarem e votarem o Plano, Orçamento e Contas assim se não pense.

O teor das alterações que os Governantes da nação preparam nos seus gabinetes e para os quais reuniram o consenso dos dirigentes dos dois maiores partidos de cena política portuguesa, é atentatório da dignidade das freguesias. Aniquilam o principal papel dos Presidentes de Junta no seio das Assembleia Municipais, amordaçam a sua voz e a de quem as elegeram, anulam a sua vontade, cortam o seu pensamento, desprezam a sua opinião, secundarizam a sua participação, subalternizam a figura dos presidentes de junta, atentam contra a sua legitimidade constitucional e marcam-nos com anátema da desconfiança. Desrespeitando a própria Constituição da Republica Portuguesa, minimizam o histórico papel das freguesias e dos seus eleitos, considerando-os mendo captos subservientes siguedistas, forças do bloqueio.

Democraticamente insustentável. Institucionalmente inqualificável.

Hoje, mais do que nunca as freguesias devem erguer a voz, manifestar a sua inconformidade, mostrar-se intolerantes, marcar impassivelmente a sua revolta a sua rejeição.

Daí, solicitar a todos voz, deputados municipais e presidentes de junta a aprovação por unanimidade a moção de rejeição subscrita por todos os 31 Presidentes de Junta de Freguesia que passo a ler:

“Moção de Rejeição

Na obscuridade dos seus gabinetes, Dirigentes nacionais do PS e do PSD e a Direcção dos respectivos Grupos Parlamentares, preparam alterações substanciais à LEI ELEITORAL dos Órgãos das Autarquias Locais (Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro), ferindo de morte conceitos democráticos, princípios sagrados e valores sociais inalienáveis e indisponíveis.

Especialmente, no que se pretende aprovar no artigo 53º da Lei das Autarquias locais, reside a perversidade.

Essa alteração visa excluir os Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto, membros da Assembleia Municipal, da aprovação, das Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal e suas Revisões, embora paradoxalmente, mantenham a apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas, o que atenta contra a dignidade e subalterniza o papel dos Presidentes de Junta de Freguesia e a sua participação nas Assembleias Municipais.

De “cutelo” em punho, esta eventual alteração vem calar a voz, condicionar o pensamento, esmagar a vontade, aniquilar a opinião dos legítimos representantes das Freguesias nas Assembleias Municipais e na vida das respectivas Freguesias que é, também, a vida do Município.

Vem dar-se uma machadada na História!

Quer negar-se a democracia na sua mais verdadeira e genuína expressão!

É iníqua! Discricionária! Suspeitosa!

Inconformada, a Assembleia Municipal de Coimbra, solidarizada no mesmo espírito e entendimento, **rejeita** o projecto de alteração em questão, no seu objectivo de retirar aos representantes das Freguesias a faculdade de se expressarem pelo voto, quanto às Opções do Plano e Orçamento, por considerarem que as alterações propostas são atentatórias da dignidade das Freguesias e dos seus representantes e vêm ao arrepio da essência do conceito da participação democrática.

**Nota:**

Depois de aprovada, esta **Moção de Rejeição**, deve ser assinada e enviada às seguintes entidades:

**Dr. Jaime Gama**

Presidente da Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

**Engº José Sócrates**

Secretário-Geral do Partido Socialista, Largo do Rato, nº2, 1269-143 Lisboa.

**Dr. Luís Filipe Menezes**

Presidente do Partido Social Democrata, Rua de S. Caetano, nº 9, 1249-087 Lisboa

**Dr. Alberto Martins**

Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa

**Dr. Pedro Santana Lopes**

Presidente do grupo parlamentar do PSD, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa “

**Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade(PS):**

Iniciava esta minha intervenção para abordar pequenos aspectos que me chamaram a atenção pela sua importância para Coimbra, mas também pela sua omissão na consagração na planificação da actividade municipal, pois que a intervenção de posição global sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento ficará a cargo do líder da minha bancada, meu camarada Reis Marques.

1. É preocupante a atitude da Câmara Municipal de Coimbra, que perante o que se passa em 2008, proclamado pelas Nações Unidas como Ano Internacional do Planeta Terra, que no plano nacional e sob a égide da Comissão Nacional da UNESCO, tem uma personalidade de Coimbra a coordenar, a Professora Doutora Helena Henriques, do Departamento de Ciências da Terra, da FCTUC, estando a própria Câmara Municipal na Comissão de Representantes deste Ano Internacional, pois manifestou rapidamente essa vontade por escrito, mas apenas ficou por aí, pois quando chega a hora de concretizar acções a Câmara desaparece.

Ora tendo conhecimento que existiram contactos formais sobre o que seria possível concretizar em Coimbra e contar com o apoio da Câmara, o facto é que até hoje nada foi concretizado e mais preocupante é o Plano de Actividades não dispor de programação nem de rubricas minimamente expressivas para o apoio, pois apenas estão inscritas duas verbas de 10 €cada uma, o que diz tudo da disponibilidade da Câmara, isto é, é a política dos 10 € a matriz deste executivo.

Estavam para ser desenvolvidas acções junto dos alunos do Ensino Básico, através de um concurso sobre as temáticas do Ano Internacional, tarefa que também caberia à Câmara, pois nada se fez, e assim se impede que alunos de Coimbra possam vir a integrar o Congresso dos Jovens Cientistas.

A 22 de Abril, Dia Mundial da Terra, em que se perspectivam algumas iniciativas, não se sabe qual a resposta da Câmara Municipal.

Está programada e já em desenvolvimento a realização em Coimbra de uma Conferência Internacional, em 13 e 14 de Outubro de 2008, que reunirá individualidades dos países da CPLP e a Câmara Municipal está completamente alheada desta importante iniciativa para Coimbra.

Este perspectivado nos contactos formais com a Câmara Municipal a possibilidade de se efectuarem “road’s show” pelas freguesias, e pela ausência de resposta da autarquia, foi deixada cair.

Sr. Presidente da Câmara,

O apelo que lhe faço para salvar ainda a imagem da cidade e dar o contributo para além de aparecer só com o nome inscrito na Comissão de Representante do AIPT, é que mandate alguém para em seu nome retomar este processo, pois Coimbra merece estar de corpo inteiro nesta importante iniciativa e dar-lhe dimensão, acompanhando o esforço que está a ser desenvolvido, pela Coordenadora Nacional do Ano Internacional do Planeta Terra, que é de Coimbra, a Professora Doutora Helena Henriques e seus colaboradores do Departamento de Ciências da Terra, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

2. Sr. Presidente, o ano de 2008, no que se refere às Festas da Cidade e da Rainha Santa, tem a particularidade de ter uma maior dimensão fundamentalmente na componente religiosa, com as tradicionais procissões, e olhando para o Plano e Orçamento, e especialmente não ver no que diz respeito à promoção no plano turístico deveria ser desenvolvido, até pela recente criatura empresarial, só um sentimento a ter em relação à atitude da Câmara Municipal. É um sentimento de arrear.

3. Coimbra, é uma cidade universitária, sem paralelo em vários planos, de que se destaca a forte componente de atractividade que têm para jovens de outros hemisférios e outras culturas, pelo que prevendo a Câmara Municipal nas Grandes Opções do Plano para 2008, inscrever o Ano Europeu para o Diálogo Intercultural, não se percebe o seu alcance, pois atribui apenas verbas simbólicas de 10 E, totalizando uma verba de 70 €

O Ano Europeu do Diálogo Intercultural, em 2008, é uma decisão da União Europeia, tendo em vista a integração no respeito e na promoção da diversidade cultural, procurando ainda promover a cidadania europeia activa.

No essencial visa-se fomentar a cooperação entre os cidadãos e as organizações de cidadãos de diferentes países na perspectiva de os mesmos se encontrarem e agirem juntos num ambiente europeu que respeite a sua diversidade.

Ora, Coimbra, enquanto cidade universitária, tem características próprias, para o desenvolvimento de acções integradas no Ano Europeu do Diálogo Intercultural, pois são cerca de 5.000 estudantes universitários de outras nacionalidades e culturas que a cidade acolhe.

Por outro lado o programa tem objectivos que se traduzem no apoio a três tipos de acções essenciais:

Acção “Cidadãos Activos pela Europa”, que implica directamente actividade relacionadas com cidades geminadas e projectos que levem ao debate das questões europeias e melhor a compreensão mútua.

Acção “Uma sociedade civil activa pela Europa”, que abrange apoios estruturais a organizações da sociedade civil, que iniciaram projectos neste âmbito.

Acção “Juntos com a Europa”, que abrange o apoio a actos de alguma importância como comemorações, prémios, conferências à escala europeia, etc.

Finalmente referir que o programa está dirigido principalmente, entre outras organizações, aos Municípios, pelo que era de acreditar que a Câmara Municipal de Coimbra, procurasse envolver as instituições da cidade, como por exemplo a AAC, a Universidade, a Fundação Bissaya Barreto, entre outras que levassem por diante acções integradas neste Ano Europeu do Diálogo Cultural.

Não o fez, o desafio que aqui deixo, é que ainda está a tempo de o fazer, assim haja vontade política.

4. Uma outra questão, e quanto a mim grave, é a falta de memória da Câmara Municipal, sobre acontecimentos que se passaram em Coimbra e que não são reconhecidos neste Plano de Actividades para 2008.

Quando nos ofereceram à pouco as Agendas para 2008, ainda fiquei com uma réstea de esperança, de que no dia 31 de Maio, estivesse inscrita a efeméride, mas infelizmente não.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores,

Como é possível a Câmara Municipal de Coimbra, esquecer, eu nem quero acreditar, mas é verdade, esquecer que no próximo dia 31 de Maio de 2008, faz 50 anos que o General Humberto Delgado, parou em Coimbra e falou ao povo da cidade, por ocasião da campanha eleitoral para a Presidência da República, dentro do regime do Estado Novo.

Coimbra é uma cidade, com valores anti-fascistas, democráticos e por isso mesmo não pode deixar de registar este acontecimento.

Por que julgo que todos queremos ajudar a Câmara Municipal a arrear caminho, proponho ou sugiro que seja criada no âmbito desta Assembleia Municipal uma Comissão que prepare desde já um Programa de Comemorações, que venha a envolver Cidadãos, Associações Cívicas, a Universidade, o Centro de Documentação 25 de Abril, entre outras entidades, e que as forças políticas aqui representadas indiquem um elemento para no início de Janeiro reunirem.

#### Moção

Recomendação ao Governo

A questão da localização do novo aeroporto, seja Alcochete, Lisboa-Montijo, ou a Ota, não pode ser indiferente a esta Assembleia Municipal de Coimbra.

Quer se queira, quer não, a escolha governamental será sempre também política.

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil, apenas pode fornecer ao Governo os instrumentos técnicos que melhor possam fundamentar uma decisão política.

A Região Centro em geral e Coimbra em particular, que se pretende que a venha a liderar, tem fortes argumentos que justificam uma decisão técnico-política, que leve em conta os interesses do PAÍS globalmente considerados: a decisão de que a melhor localização do futuro aeroporto se situa na Ota.

Assim, propõe-se que esta Assembleia Municipal recomende ao Governo:

Que a melhor opção para o novo Aeroporto é a OTA, pois que a questão fundamental da escolha deve colocar-se no modo como a sua localização serve o país e o seu ordenamento e não apenas os interesses de Lisboa ou Porto, dos seus industriais, ou dos seus empresários.

A escolha, a decisão técnico-política, não pode ignorar que 92% do tráfego de passageiros do actual Aeroporto Internacional da Portela é oriundo do Norte do Tejo e que actualmente o percurso ferroviário Lisboa – Porto é utilizado por 7 milhões de passageiros por ano, sendo que as projecções de tráfego rodoviário nesse mesmo percurso em TGV e 2030, apontam para 11,7 milhões.

A Ota, também por isso, será assim, a que melhor serve o PAÍS e que não esquece o que está para além da área metropolitana de Lisboa e Porto.

#### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

"Era capaz de fazer uma surpresa a Assembleia, se V. Exa. permitisse, deixaria a minha intervenção para o fim, depois de discutir o orçamento."

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as moções apresentadas à Mesa, a saber:

Moção apresentada pelo Grupo Municipal (Bloco de Esquerda) e que a seguir se transcreve:

Moção alterações legislativas

"O anúncio, pelo PS e PSD, dum acordo para alteração da legislação eleitoral para as autarquias locais não pode deixar de suscitar as maiores preocupações a todos os que querem um poder local democrático, transparente e ao serviço das populações.

Do que se conhece de tal acordo, ressaltam as alterações que põem em causa a vontade popular: deixa de existir lista para a Câmara Municipal, negando aos eleitores o conhecimento, aquando da votação, dos eventuais vereadores.

É reduzido o número de membros do executivo camarário. Em contrapartida é reforçado esse ponto, já hoje tão negativo, que é "presidencialismo" nos executivos municipais. O cabeça da lista mais votada para a Assembleia Municipal é que designa a maioria absoluta dos membros da Câmara. Para as Assembleias Municipais é previsto um poder quase teórico, o de rejeitar o executivo apresentado pelo Presidente da Câmara: é que para tal será necessária uma maioria de três quintos. E também os presidentes das juntas de freguesia vêm o seu papel diminuído.

Mas o que é verdadeiramente escandaloso é o facto de os votos dos eleitores não valerem todos o mesmo: a lista mais votada terá, por um truque anti-democrático, uma maioria absoluta. É uma violação descarada do princípio da proporcionalidade.

As Câmaras Municipais não têm qualquer problema de governabilidade: mais de 80% funcionam já em regime de maioria absoluta. E as propostas de alteração legislativa já conhecidas também não dão qualquer contributo para o combate à corrupção e para tornar

o exercício do poder local mais transparente e próximo dos cidadãos. A principal finalidade deste acordo é uma autêntica batota eleitoral: com poucos votos obter muitos mandatos e a muitos votos corresponderem poucos mandatos.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Coimbra reunida em 21 de Dezembro de 2007 manifesta a sua discordância com a forma e conteúdo das alterações legislativas acordadas entre o PS e o PSD e reclama um melhor funcionamento das autarquias, que resulte dum debate que envolva todos, autarcas e cidadãos, para um poder local mais próximo dos eleitores, com mais competências, mais meios de actuação e maior participação cidadã."

O deputado Serafim acrescentou o seguinte:

Justamente a nossa moção visa substancialmente, não é exactamente digamos, identificável com a moção que foi apresentada, e que tem como centro a questão das juntas de freguesia. Para nós é a recusa liminar desta proposta de lei que é apresentada em nome de um suposto de problema de governabilidade que realmente dos executivos que realmente não existe, veja-se que mais de 80% dos executivos municipais no território nacional já tem maiorias absolutas, não existe de facto um problema de governabilidade nos executivos. Esta lei, não visa colmatar nenhum problema que não pode existir.

Esta lei é de facto, constitui de facto um factor de diminuição clara da própria democracia local e da participação que é de factor de um retrocesso em relação aquilo que são as conquistas de Abril, ela reforça, de facto, a nossa perspectiva um inaceitável presidencialismo que é de todo indesejável, que já existe e é com esta lei ainda é mais reforçada tornando ainda mais opacos os executivos municipais. Não contribui para a necessária transparência, para a necessária clareza, para a necessidade de participação de todas as forças e até para reforçar a própria democracia local. É apontada nesta lei, como reforço dos poderes da Assembleia Municipal. Todos sabemos que não somos profissionais da política, não estamos a tempo inteiro, recebem os documentos dois dias ou três antes da Assembleia, sem tempo de os analisar de forma criteriosa, cuidada atenta, que lhe possibilite de facto uma participação real e efectiva e responsável. Responsáveis são todos, vamos tentando e fazendo o melhor nestas condições, e no entanto ela não tem de facto condições e nas condições e nomeadamente nas condições que pode demitir o executivo são condições su reais, será quase impossível.

A nossa moção é no sentido de rejeitar esta lei, como diminuindo de facto, aquilo que são conquistas de Abril, da democracia local, da democracia representativa que fica bastante diminuída. Os cidadãos, já se revêem mal no actual xadrez político e passarão a rever-se ainda de uma forma mais negativa. Esta lei não contribui para resolver nenhum problemas, como acrescenta problemas aonde não os há!"

Também a deputada Maria Reina sobre o mesmo assunto disse:

"Realmente estamos em opostos mas estamos perfeitamente em sincronia. Eu aqui apenas como militante do CDS/PP, de um partido pequeno que será excluído de vez do poder autárquico é obviamente que vou votar e subscrever esta moção.

Até porque gostaria apenas de chamar a atenção de todos, nem sempre estamos com o mesmo número de eleitores, nem sempre estamos no poder. É preciso só pensar que com esta nova lei eleitoral chegamos absolutismo municipal, vão ser postas em causa as regras mais básicas que é a diversidade de opinião. Nenhum partido pequeno poderá de alguma forma estar a favor desta lei. Não é uma questão de sobrevivência, nossa, dos partidos, é uma questão de sobrevivência da democracia portuguesa.

Nós hoje assistimos em executivos que as vezes nem têm as maiorias, ou que tem as maiorias que até são instáveis. Uma ditadura como será, se esta lei for para a frente.

O deputado Pinto Ângelo também disse o seguinte:

"Há efectivamente aqui duas moções, que têm de ser votadas separadamente.

Independentemente da abordagem, uma é mais limitada que a outra, o que não quer dizer que não seja razoável sua aprovação.

Penso que a ir para a frente a negociata de bastidores entre dos dois maiores partidos, é efectivamente um atentado frontal, formal, contra a democracia portuguesa e que só veio beneficiar os interesses partidários que se têm vindo a sustentar e auto-sustentar no poder."

Posta à votação. Assembleia Municipal deliberou com 14 votos a favor, 21 votos contra e 15 abstenção, reprovar esta moção.

Relativamente à moção de Rejeição apresentada pelos Presidentes de Junta, a Assembleia Municipal deliberou com 47 votos a favor, 2 abstenção, aprovar esta moção.

Relativamente à moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, Recomendação ao Governo sobre a OTA, a Assembleia Municipal deliberou com 27 votos a favor, 9 votos contra e 13 abstenções, aprovar esta moção.

Declaração de voto Pinto Ângelo

"No sentido que a bancada da CDU, votou contra esta moção específica, na media em que neste momento a decisão política deve ser condicionada também pelos estudos técnicos entretanto solicitados.

Qualquer decisão neste momento, qualquer vinculação neste momento desta Assembleia Municipal pode ser apressada pode surtir efeito negativo.

Não temos neste momento, em termos políticos os dados suficientes para podermos afirmar com toda a segurança, que esta possa vir a ser a melhor solução para o País, logo, e que, mas também pelo contrário, também ainda não esta seguro, que não seja efectivamente também uma forma, de alguma maneira, vir a beneficiar de uma forma desequilibrada os custos do aeroporto Sá Carneiro que neste momento são desmesurados para uma utilização muito pouco fluente.

Há que aguardar, com os dados todos em cima da mesa, formular uma posição mais alargada, mais concreta e mais compatível com os interesse nacionais e também naturalmente com os interesses de Coimbra e da região."

### **Período da ordem do Dia**

#### **Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da al.e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira pelo que o Presidente da Assembleia colocou de imediato os dois pontos que se seguem em discussão conjunta.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à discussão os pontos 2 e 3, tendo de imediato dada a palavra a Câmara para apresentação dos processos.

#### **Ponto 2 – Câmara Municipal de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008**

#### **Ponto 3 - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra-Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008**

#### **Intervenção do vereador Marcelo Nuno:**

"Para sermos muito breves este ano cortamos aqui a parte do contexto. Nós o ano passado tivemos o cuidado de contextualizar o orçamento e explicar qual era o panorama nacional, qual era o panorama relacionado com as autarquias municipais, deduzir alguns elementos estatísticos que eram importantes para podermos aferir aquilo que era a performance e

aquilo que era o posicionamento da Câmara Municipal de Coimbra no que diz respeito ao ano de 2007. Este ano vamos poupar-vos essa maçada, vamos apenas falar do orçamento e explicar aqui dois ou três pontos essenciais, seguramente com um conjunto de intervenções que se avizinha teremos muito pano para mangas para explicar mais detalhadamente aquilo que são as questões que os senhores deputados entenderem por bem colocar.

Antes de mais, dizer que é um orçamento que parte de uma base de execução muito mais próxima daquilo que foi orçamentado nos anos anteriores, ou seja, ano para ano vamos tendo um orçamento mais próximo daquilo que é a capacidade de execução e temos, como dizia o Dr. Gouveia Monteiro na reunião do executivo, menos margem para o faz de conta, menos margem para a fantasia, ou seja, é mais transparente podermos ter um orçamento mais próximo da realidade.

E vemos também o esforço que fizemos, nos últimos dois anos, começa a fortificar, o nosso propósito era de equilibrar financeiramente as contas do Município, e consolidado. Já tivemos a ocasião, de explicar aqui o que é que era o equilíbrio e aquilo que era consolidação.

A primeira permissa básica, há cada vez mais evidência um super habit, aquilo que são as despesas correntes e aquilo que são as receitas correntes e aquilo que são as despesas totais e a receita total. Isto é espelhado nestes gráficos em que vemos que a receita corrente é maior e a despesa corrente a SGEF aumenta, e no gráfico seguinte vemos que no total a despesa total facturada do próprio ano e a receita total é também maior a receita total do que a despesa total. Este é um princípio básico que é importante salvaguardar para podermos ter orçamentos equilibrados.

Vemos também a evolução do défice super habitos e vemos também algo que é evidente ou seja, nós estamos a gerar super habitos correntes e temos défices de capital, ou seja estamos a gerar riqueza, estamos a gerar poupança no que diz respeito à despesa corrente para podermos investir em capital, para poder-mos fazer aquilo que se chama investimento, como é visível nestes dois gráficos, aquilo que está azul, é o esforço próprio do município no que diz respeito ao investimento

Há também como disse à pouco e no próximo gráfico é visível, uma aproximação entre a despesa facturada e a receita cobrada, há uma proximidade cada vez maior entre tudo o que está orçamentado e tudo aquilo que acontece, e verifica-se também ao nível da despesa e da receita facturada, havendo menos margem para desvios ambas se aproximam mais. Vemos também a evolução da trajetória da dívida orçamental a curto prazo, que nos preocupa a todos, vemos no gráfico que estaria a nossa previsão, até 7/12 estava em nove milhões de euros, sensivelmente. Portanto, aquilo que sempre dissemos também a dívida a curto prazo está para baixo dos dez milhões, que é algo que consideramos positivo.

Tendo em conta que há uma sazonalidade muito importante na receita que a Câmara cobra, nós temos dois momentos importantes em que recebemos verbas por parte do Estado, a nossa dívida a curto prazo variará entre os seis e os dez milhões de euros, e é aquilo que é natural que é saudável e desejável que aconteça. O endividamento como vemos, uma quebra drástica conforme prometemos, conforme dissemos que estava a acontecer apesar do ceptismo de muita gente

As linhas orientadoras do orçamento são, basicamente as mesmas do ano anterior, dizer antes disto o porquê, destes dois anos de grande rigor, de grande contenção de grande aperto que diz respeito à despesa ao tipo de despesa e de grande exigência no que diz respeito à receita. Porque era importante equilibrar as contas, era importante consolida-las a médio e a longo prazo e era importante que a estrutura financeira da Câmara não provocasse problemas, não descredibilizasse a Câmara, na sua relação com terceiros, não causasse problemas aos terceiros com quem a Câmara se relaciona e tem problemas porque não sabem nunca com o que tem que contar em questão de pagamentos, agora já sabem.

Era importante que os custos financeiros daí recorrentes fossem menores e era importante que a capacidade potencial da Câmara fosse maior, podendo dizer às pessoas quando diz que vai pagar a quatro meses, ou quando diz que vai pagar a seis meses ou a pronto de facto cumpre. Isto é algo muito importante, é algo que se traduz numa economia de recursos muito significativos para a Câmara.

Todas as medidas que fomos tomando a longo do ano no sentido da contenção da despesa, que agora, ou melhor ao longo deste dois anos e que agora começam a produzir efeitos, refiro-me a reformulação do empréstimo do Estádio, para terem uma noção aquilo que aqui aprovamos com o beneplácito da maioria da oposição, com os votos favoráveis da maioria no que diz respeito à reformulação do empréstimo é algo que nos permite uma economia em dois anos, tendo em conta a variação da taxa de juro, nos tempos recentes nos permite uma economia cerca de novecentos mil euros que é algo muito apreciável.

Os contratos de seguros, os contratos da segurança, os contratos da limpeza, enfim um conjunto de medidas que fomos tomando no sentido de otimizar, racionalizar os gastos correntes da casa que agora começam a produzir efeitos.

Este é um orçamento que vem na consequência dos anteriores, no sentido da contenção e do rigor na despesa, que vem na cena da redução do endividamento do curto prazo, dizendo a redução dos prazos métodos de pagamento portanto queremos manter a dívida a curto prazo, contido nos limites que vos acabei de referir que variará ao longo do ano entre os seis e os dez milhões de euros.

É um orçamento que permite o desenvolvimento sustentável e harmonioso na generalidade das áreas de intervenção do município mantendo e melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes, e é sobretudo algo muito importante que era pronominal razão, por a qual tivemos de facto de fazermos todo o esforço de contenção que fizemos.

É que o Município tem que ter a capacidade tem de ter o musculo financeiro para aproveitar o próximo quadro de referencia estratégica nacional e de facto foi com surpresa que o próprio Secretario de Estado veio a saber que Coimbra tinha uma capacidade de endividamento de 42,5 milhões de euros, é algo que não deve ser muito frequente no panorama autárquico nacional; e portanto, não há-de ser por falta de capacidade financeira que o município vai deixar de aproveitar as verbas que tem a sua disposição.

É óbvio, que para realizar este investimento vai ter que recorrer a dívida, vai ter que se endividar, vai ter que recorrer a capitais de médio e longo prazo, aumentando o seu endividamento curto de longo prazo, isso é normal é saudável que assim seja, porque é isso que gera desenvolvimento, é assim que as empresas fazem, é assim que as famílias fazem agentes económicos, têm é que o saber com racionalidade, com critério é isso que pretendemos que aconteça.

Agora não há-de ser por falta de capacidade financeira que deixamos de aproveitar essas oportunidades.

Já que estes pontos estão todos unidos, lembro apenas uma passagem do que vem escrito no revisor oficial de contas no relatório semestral que nos manda em que diz, que o valor do endividamento líquido a 30 de Junho era X; e o endividamento líquido corresponde acerca 10,1% o máximo legal permitido, portanto não é a preocupação nenhuma o endividamento do Município.

Pelo contrário é algo que temos capacidade para aumentar para na exacta medida do interesse que o município tiver em realizar investimento, para contribuir para desenvolver do Município.

Este é um orçamento, nós quisemos que fosse mais baixo que o orçamento do ano passado; é um sinal importante, ele está artificialmente inflacionado para algumas questões sejam fluxos de verbas que existem entre nós e as “Águas de Coimbra” e as “Águas do Mondego”; está inflacionado por coisas que não são da nossa responsabilidade como é a

questão da extinção do Polis, que tem na receita e na despesa uma verba de dois milhões e meio, e portanto era um orçamento que seria ainda menor, se não tivesse-mos este condicionalismos.

Mas é um orçamento que vem na cena dos anteriores e nós temos, como vos disse há pouco a aproximar o orçamento daquilo que é capacidade de realização, porque é um exercício de responsabilidade importante. Porquê, porque tudo o que tiver a mais da nossa capacidade de fazer, é dívida, ou dívida potencial, e é a tal fantasia é o faz de conta que não deve existir! É também um contributo importante para mais transparência na gestão autárquica.

O orçamento desde que começamos a fazer orçamentos neste mandato temos esta evolução de 14%, 11%, 0,2%, se espurgarmos os efeitos que acabei de dizer temos uma evolução cerca de 7%, para menos neste orçamento, portanto é algo que é simbólico mas é muito relevante.

Aqui há uns quadros, mas como não vou ter tempo para explicar isso, se for necessário desdobramos melhor esta informação, que são os quadros da despesa corrente, e da receita corrente e das despesa de capital e receitas de capital, apenas o orçamento da despesa para dizer que de facto pelo terceiro ano consecutivo estamos a estimar um despesa corrente menor, isto é muito significativo também, porque apesar do aumento do IVA, apesar do aumento dos impostos, apesar da inflação, apesar das competências que foram transferidas para o município e que não são tão poucas quanto isso, nomeadamente na área da educação, apesar dos aumentos brutais na Caixa Geral de Aposentações, apesar das dificuldades que nos tem sido colocadas pelo Governo no que diz respeito a não reconhecimento das nossas aposentações, em que somos nós que continuamos a pagar aos nossos aposentados, por um diferente estúpido que existe que, com a Secretária do Estado que é algo absolutamente perfeitamente absurdo, apesar de tudo isto, nós estamos a estimar uma diminuição da despesa corrente, o que significa um grande esforço no sentido da eficiência, significa um grande esforço no sentido de optimização no sentido da gestão dos nossos recursos. Não quer dizer que não aja muito a fazer, há muito a fazer, vai haver muito mais a fazer, e não vai ser esgotado num período de 1 ano ou de 3, mas, este foi um esforço notável, é um esforço notável consubstanciado e comprovado com os números que aqui evidenciamos hoje.

Isto significa também com a redução do nosso endividamento, o ano passado por esta altura, tínhamos uma dívida a curto prazo cerca de vinte e cinco milhões de euros, significa que nós temos uma folga orçamental maior, ou seja, apesar de termos um orçamento menor que no ano passado, temos mais dinheiro livre para o poder aplicar em iniciativas, porque temos menos dívida e isto é algo muito importante também e por isso é que importa que as pessoas antes de falar se inteiram o que estão a dizer, e tenham a noção exacta do que é que variou e tenham consciência daquilo que vêm dizer.

Alguns dos exemplos são no plano de habilitação e qualificação urbana há um crescimento de 24,2%, da verba disponível relativamente ao do ano passado, com o principal destaque para as acções 003, 004 e 006, 007, paços verdes e jardins, estruturas sanitárias higiene pública, reabilitação urbana e centro histórico... Há um crescimento de 14,23% para a reestruturação do território sócio económico, com a continuação do esforço importante que se tem vindo a fazer no sentido da conclusão e da infra estruturação do Iparque; a cidade solidária e soldável que cresce também em 20,78%; a afirmação da cultura que cresce 36,38%; a educação, desporto e tempos livres que cresce desagregando as rubricas em instalações e equipamentos desportivos 70,21%; fomento e formação desportivos 108,33%; tempos livres juventude e lazer 85,2%. Às vezes esperar para saber antes de falar é útil, aqui estão os números que são as constatações, de facto.

As Grandes Opções do Plano facturadas vemos também que há uma ligeira diminuição, de ano para ano, porque é o tal esforço que nós dissemos que queremos continuar a fazer, ou seja, temos de continuar a manter, fazer com que o orçamento se vá aproximando daquilo que é a nossa capacidade de realização; é evidente que tem sempre de haver uma folga, porque há compromissos que transitam de um ano a outro, há compromissos que transitaram de 2008 para 2009 e por ai adiante, há coisas que não se vão conseguir fazer, há coisas que não se executam ao ritmo que temos que executar, mas que tem que estar dotadas porque temos que fazer face aos encargos que daqui advêm e se for necessário executa-las. Mas já estamos a contar com isto, por isso não pode ser exactamente igual ao passado de realização temos que sempre ter alguma folga, mas esta folga vai ser sempre menor, e sempre no sentido de haver mais aproximação, mais transparência, no que diz respeito a esta diferença que sempre existia.

O gráfico seguinte mostra, também uma aproximação crescente de protocolos orçados e protocolos pagos, ou seja, também no que diz respeito ao pagamento estamos muito mais próximos, temos mais capacidade de correspondermos, mais cedo, aos nossos encargos financeiros. Como pagamos mais cedo é normal que aja esta diminuição esta aproximação do pagamento e tudo o que está orçamentado e projectado. Este novo quadro ilustra isto mesmo que é uma aproximação cada vez maior, entre as diversas ópticas que nós olhamos para o orçamento entre os cabimentos, entre os compromissos a facturação e os pagamentos; vemos que há uma aproximação cada vez maior, sendo relevante é os pagamentos fase às outras três, mas também nas outras existem regras cada vez mais apertadas para obrigar digamos assim, os serviços, diversas repartições da câmara a respeitar a serem rigorosos na forma como assumem despesa, como a registam, como a classificam, como a contabilizam, como a lançam como a perspectivam no que diz respeito ao seu pagamento. Isto dá-nos mais rigor na gestão, evita erros, dá-nos mais segurança na forma como gerimos recursos municipais e dá-nos obviamente maior tranquilidade no que diz respeito à forma como as coisas se processam internamente em termos administrativos. A taxa de execução do orçamento, aqui temos ainda o lançamento, início de Dezembro de 2007, mas que será seguramente superior a 80% este ano.

Desafio qualquer dos senhores deputados a dizerem-me Câmara Municipal onde aja níveis de execução de orçamentos superiores a 80%.

Visto também no quadro seguinte, qualquer que seja a óptica por a qual analisemos o orçamento, as taxas de execução estão sempre a aumentar, seja pelos cabimentos, pelos compromissos pelo facturado pelo pagamento temos sempre taxas crescendo de execução o que é o sentido correcto que devemos dar à execução orçamental

As taxas de execução das GOP também são o mesmo gráfico em que há uma aproximação entre o pago, e as demais rubricas, e apenas um dado por curiosidade; este é um quadro importante que nos diz que com o esgotar das verbas, dos quadros comunitários nos temos vindo a ser instados, o esforço do município tem sempre crescente no que diz respeito ao suportar do investimento e as participações externas tem sido menores, este quadro ilustra bem aquilo que tem sido a progressão, do esforço do Estado menor e a progressão do esforço municipal maior. Agora obviamente com o novo quadro referência esta tendência, tenderá inverter-se, mas é esta a realidade que temos vivido.

Apenas uns quadro muito breve para ilustrar a diferença, que existem, fiz isto em mandatos, utilizei apenas um quadro do primeiro ano, para vermos que está aqui o efeito, do Estádio, é evidente a desproporção entre aquilo que são os investimentos feitos no domínio do desporto no mandato 1998 a 2001 e nos 5 anos entre 2002 e 2007. É igualmente visível no que diz respeito as GOPS, aquilo que foi inscrito nas GOPS, e aquilo que foi realizado no ano os nove milhões, comparado com um milhão cento e vinte e cinco e aquilo que foi pago os nove milhões e seiscentos comparado com os novecentos e

sessenta e quatro dos mandatos anteriores. Na cultura, também julgo que está evidente, aquilo que são as diferenças daquilo que foi inscrito, e os investimentos feitos, nestes domínios. Trouxe apenas estes dois exemplos, porque sei que são aqueles que as pessoas gostam normalmente mais de falar, podemos dar outros exemplos e ter outros indicadores, que demonstram a diferença daquilo que foi a capacidade de execução e aquilo que foi a aposta em termos de investimento nas GOPS e nos mais diversos domínios. Fico-me por aqui e estando disponível para satisfazer os senhores deputados nas questões que queiram colocar."

**Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

"De qualquer forma a exposição do vereador Marcelo Nuno dá-nos uma boa ideia, daquilo que são as intenções da maioria do executivo para 2008, mas dá-nos uma abordagem muito interessante e de alguma forma inovadora, quando se discute planos e orçamentos é falarmos também do relatório e contas por participação; ou seja, foi-nos apresentado aqui todo um conjunto de valores realizados e da aproximação do orçado e realizado, que é um exercício interessantíssimo e penso que é um indicador importante para avaliar-mos as competências do executivo nas suas várias vertentes, mas permita-me que em Janeiro cá estaremos para quando discutirmos o relatório e contas vamos verificar a diversidade se as intenções correspondem efectivamente ao realizado. É um exercício interessante mas não é mais nada do que isso, porque o que estamos aqui a discutir são intenções para 2008, que irão ser avaliadas cuja realização irá ser avaliada em 2009, cá estaremos para ver se, se confirma ou não, o realizado com o prometido é aí que iremos discutir.

De qualquer forma é um exercício interessante, pode ser interessante também para a comunicação social mas francamente Dr. Marcelo Nuno é deslocado para esta discussão. Registo de qualquer forma a exposição interessante que nos trouxe aqui. E até porque seguimos com bastante atenção á apresentação e justificação pública dos representantes da maioria, quer o Dr. Marcelo Nuno, quer o Dr. Maló de Abreu, relativamente às Opções do Plano e Orçamento camarários para o ano de 2008, infelizmente para os Conimbricenses não fomos surpreendidos temos mais do mesmo. A procura do equilíbrio orçamental vistas as imposições governamentais e o desejo de contenção e controlo de gastos, são meros argumentos que em boa verdade não acrescentam nem alteram o substancial da política seguida pela maioria do Executivo Camarário dos últimos anos.

Ao discurso de herança do caos do primeiro mandato, sucedeu a preocupação tecnocrática da boa gestão orçamental e financeira; em boa verdade nada de novo acontece a não ser uma legítima preocupação em que o Município passa para ser um bom pecador, que nem sequer é matéria exclusiva da maioria, nem coloca, ou colocou obstáculos quando nós também nesta Assembleia, permitimos a alteração dos mecanismos financeiros para que tal se conseguisse e muito bem, como foi referido pelo Dr. Marcelo Nuno, ou seja, é um trabalho colectivo desta Assembleia e de todos aqueles que se preocupam com o bom nome do Executivo Camarário e do Município de Coimbra.

Em todo o caso cá estaremos para lembrar quando se discutir o orçamento para o ano de 2009, as afirmações de eleitoralista militante feitas pelo vereador Marcelo Nuno. Porque não nos esqueçamos quando viabilizamos a alteração do empréstimo, chamamos a atenção porque os dois anos de carência, nem de propósito íam bater com o início do período eleitoral. Cá estaremos para avaliar então, e sim, se a contenção se mantêm, ou se de repente em 2009 não se abrirá e a capacidade de investimento e a capacidade de realização, não se alterará como artes mágicas para que a obra se concretize e então apareça em grande forma a maioria camarária a usufruir dos tais anos de carência, que nós também naturalmente nos preocupamos com os pequenos médios comerciantes industriais da zona que ajudámos a criar.

Em termos concretos o que estamos a analisar, são programas de intenção cuja materialização e a realização final se irá concretizar em discussão no relatório de contas no qual se saberá em definitivo da capacidade e competência para a concretização das intenções por parte dos vários responsáveis. Naturalmente quando se desorçamenta e se mantém a realização, ela baixa a percentagem pode crescer, quando chegarmos à análise mais fina logo veremos se isto é verdade.

Nos anos anteriores não nos temos cansado de chamar a atenção para a disparidade entre o orçado e o realizado, revelador das incapacidades várias, que uma leitura atenta do relatório de execução, demonstra no seio da Maioria e que os orçamentos a despeito público é afirmado pelo seu responsável não tem tido consideração, aguardamos o relatório de 2007, para verificarmos se a contenção, que foi aprovada no ano anterior, se a contenção teve algum efeito prático nesse aspecto; só nessa altura estaremos em contenção para avaliar a correcção de política de contenção encetada durante este ano. Mas este facto, não dispensa uma análise crítica das opções centrais que nos são colocadas em presença nestas Grandes Opções do Plano e deste Orçamento, daí a reafirmar, que este é um orçamento de continuidade, sim, mas em opções e atitudes políticas erradas e prejudiciais aos munícipes de Coimbra.

Três notas merecem uma especial atenção na avaliação das Grandes Opções do Plano para 2008.

A incapacidade revelada de se assumir uma firme atitude reivindicativa a prol de Coimbra e dos conimbricenses face à incúria do Governo PS, sustentada numa estranha ou talvez não, de inacção dos responsáveis locais deste Partido; a subalternização da intervenção da Cultura, transformando este pelouro num mero agenciador de protocolos sem se deslumbre sequer um resquício de ideias para o futuro. Se tomarmos à letra a nota do vereador Mário Nunes na agenda que amavelmente nos foi dada, se repararem se investir na cultura é investir no homem neste mandato desinvestiu-se 50% no homem para 2008. Há um desinvestimento de 50% no homem, isto é francamente caracterizador daquilo que temos em presença

A persistência, por outro lado, numa terceira nota crítica acrescenta na centralização das decisões da gestão desperdiçando a capacidade de execução autónoma das freguesias que na sua maioria revelam taxas de execução elevadíssimas.

Relativamente ao primeiro aspecto, apesar das decisões do executivo, no sentido de se lançar uma campanha de denuncia de tratamento de desigual que Coimbra merece no que respeita aos transportes públicos, fase às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, nomeadamente, procurando motivar a opinião pública para o efeito e associar em acções concertadas com outras cidades, como Coimbra igualmente afectada, o que é facto é que nada foi feito substancial, e no orçamento de 2008 os cidadãos de Coimbra continuaram a suportar mais de cinco milhões de euros, para o funcionamento dos SMTUC, sendo parte desse dinheiro a ser suportado como Lisboa e Porto pelo Orçamento de Estado seria passível de uma utilização noutras áreas e eventualmente mais carenciadas e subalternizadas neste orçamento.

Mas também no que há educação diz respeito, a transferência de competências da Administração Central não foi acompanhada pelas respectivas participações financeiras. A autarquia de Coimbra suporta hoje cerca de 4,100 milhões de euros no que concerne as suas competências em termos educativos. Sendo que as verbas transferidas para o Governo Central para esta área são cerca de 50%, ou seja, são cerca de dois milhões de euros, transferidas pelo Governo Central. Vemos aqui uma discrepância brutal e que algo tem que ser feito quanto a isto. Não está mal o investimento na educação, não está mal o investimento no sector educativo, está mal que seja os munícipes de Coimbra a suportar em grande parte, neste caso cerca de 2/3 do investimento que é feito sem as devidas

contrapartidas do Estado Central. Onde se vai buscar o dinheiro, também é da forma fácil, como todos nós já sabemos, ao bolso dos munícipes nomeadamente com o aumento dos impostos municipais sobre os imóveis de forma fácil que todos os anos verificamos o seu crescimento, o relatório contas de 2007 cá estará mais uma vez para comprovar a razão que temos.

Uma segunda vertente crítica, diz respeito à redução do pelouro da cultura, a uma mera agência de financiamento, das iniciativas de outrem. Não se afigura possível e uma política cultural para Coimbra sem a conjugação de esforços para com aqueles que directamente ou indirectamente assumem a responsabilidade na área da cultura, produzindo-a ou apoiando a sua produção.

Não se conhece no entanto, qualquer esforço de coordenação entre entidades tão significantes como o Ministério da Cultura e a Câmara Municipal no sentido de obviar de uma forma articulada e global as carências de Coimbra na área Cultural

É a ausência de uma estratégia clara com objectivos públicos mensuráveis e sindicáveis definidos com os agentes culturais que torna mais notório o défice investimento financeiro da autarquia na área da cultura que leva que o orçamento destinado a este pelouro seja este ano, reduzido de 50% do ano anterior.

Por último, mas para nós CDU, é extraordinariamente significativo o tratamento memorizador que é dispensado às juntas de freguesia. Sempre consideramos que uma correcta utilização dos dinheiros públicos passa também por a sua distribuição por aqueles que melhor o sabem utilizar. Estão para nós neste caso as juntas de freguesia as centenas de eleitos locais que sabem onde e quando melhor utilizar o dinheiro disponível em favor dos munícipes.

Não falamos da obra realizada pela Câmara em áreas de algumas juntas, já que não faz mais que a sua obrigação, já que não lhes dá os meios para os fazer. Falamos isso sim, da planificação da execução directa, por obra própria por parte dos órgãos locais, para que carecem de condições inéditas em termos financeiros existe uma redução real em termos percentuais das transferências para as juntas, já que se mantém iguais os montantes relativamente a 2007, sem qualquer actualização que seja para o aumento da inflação. Mas mais grave é que se mantém o atraso de pagamento de anos anteriores, que vem flaccioar a leitura do orçamento. Ou seja relativamente a 2008 a percentagem de transferência para as juntas de 6,4% que resultam da leitura daquele quadro das grandes opções do plano, quadro 03001 se não estou em erro, relativamente a 2008 a percentagem de 6,4% para as juntas indicadas no quadro das grandes opções do plano, não é verdadeira, já que inclui valores em atraso de anos anteriores, e obras realizadas pela Câmara Municipal de Coimbra. Naturalmente com critérios que ela própria estabeleceu, justíssimos é certo, seguramente atendendo as prioridades mais sentidas pelo conjunto das juntas de freguesia e das suas populações, mas de qualquer forma obra realizada pela Câmara e não pelas juntas de freguesia não correspondendo a verbas transferidas para as juntas de freguesias a verdadeira percentagem de capacidade de realização autónoma das juntas é de 3% cerca de 1,196 milhões de euros, muito longe dos desejáveis e muito distante das promessas eleitorais que o Sr. Presidente da Câmara.

Concluindo, mesmo considerando que a verdadeira avaliação política da maioria será feita em sede de relatório e contas, onde será considerada e devidamente avaliado a capacidade de realização de cada um dos responsáveis a preexistência de opções políticas errada só pode merecer o nosso voto contra."

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:**

"Pensava que este ano não vinha aqui usar da palavra, no que diz respeito ao Plano de Actividades e Orçamento para 2008; pensava eu, que de facto depois da conversa e

discurso que houve em 2007, que a famigerada obra que já faz parte da calêndra deste executivo, concretamente refiro-me a obra que falta fazer novamente, não me cansarei em quanto for autarca de falar nela na Rua Corpo de Deus; sou presenteado e quero agradecer o presente que me foi dado, com uma verba definida de 10€ porque de facto nós não precisamos dos 10€ não precisávamos era da obra executada.

Depois melhorou! nem tudo foi mal, Sr. Presidente, quero-lhe agradecer publicamente da melhoria, mas qual é a melhoria, é, para 2009, como não poderia deixar de ser, o valor da obra 204,757€ para 2009; espero sinceramente ainda ser vivo, e V. Ex.<sup>a</sup> também, para ver iniciar a obra que há 6 anos, ando a reivindicar por direito próprio, porque penso que S. Bartolomeu, para V. Ex.<sup>a</sup> poderá não estar devidamente no mapa, mas na Vodafone do telemóvel também está Coimbra, S. Bartolomeu. É um recorte de um jornal, portanto alguma coisa vai errada nesta matéria.

Olhando, porque li o CD, tive a preocupação de umas horas desbocar-me sobre o CD, estive a ler e passo a citar um extracto que esta no CD, que é interessantíssimo e de facto vai um bocado a favor da intervenção do deputado Pinto Ângelo, que diz assim no CD:

*“São muito relevantes as transferências correntes e de capital e subsídios”, depois cita aqui que no conjunto representa 16, 67% do total do orçamento de despesa, destacando-se dentro destas rubricas, os elevados montantes para as “Águas de Coimbra EM” para a “Empresa de Turismo EM” para os SMTUC, e para as Juntas de Freguesia.*

Esta é que não, e esta é que não porquê?

Porque mais uma vez fomos prejudicados 10% pelas verbas do protocolo, de delegação de competências, mais uma vez, porque o ano passado fizeram exactamente a mesma coisa, nem um cêntimo a mais, e há o descaramento e desplante de escrever,... *e para as juntas de freguesia.*

Quando o valor global que este executivo transferiu até hoje foram de 72% e verifica-se efectivamente que nós damos para a gestão deste executivo 236, 644€ foram tirados sacados às juntas de freguesia para gerirem, e bem, mas nós também estamos a contribuir para esta gestão independentemente tentamos gerir o melhor que sabemos e que podemos.

Depois comecei a olhar para o relatório, no tal CD, e pensava que Coimbra tinha evoluído, mas Coimbra anda para trás em determinadas matérias, anda para a frente noutras, mas aquelas que penso que também são essenciais devia acompanhar nomeadamente a Figueira da Foz, no qual foi gerado um forno crematório, está no plano de actividades neste executivo 10€, a Figueira já vai ter em Junho de 2008, o tal gerado forno crematório. Depois vem o Prof. Pinto Castro, dizer não sabe o quê e em relação a esta matéria, a é verdade é que, Coimbra para 2008 também não vai ter o forno crematório.

Para que isso não chegasse verifico para 2008, no apoio às Associações Humanitárias, uma verba que também dou do meu bolso, de 10€ Em relação a S. Bartolomeu mais não vou aqui dizer, porque apetecia-me dizer bastante mais, disse bastante mais na reunião preparatória com as Juntas de Freguesia, em que esteve presente o Sr. vereador João Rebelo ouviu provavelmente aquilo que não devia, pedi-lhe desculpa por isso, porque de facto isto irrita, tira do sério qualquer pessoa de bem."

#### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):**

“O orçamento e as grandes opções do plano propostos pela Câmara para o ano de 2008 não passam de uma reedição muito pior dos orçamentos dos anos anteriores. Reencontramos as mesmas opções políticas – que contestamos -, e cortes agravados, sobretudo em áreas que consideramos de particular relevância e que, já nos anos transactos, foram objecto da mesma tesoura cega e indiscriminada. Sublinhamos, em especial, a acção social e família, a educação e a cultura.

São falaciosos os argumentos usados pelo executivo em defesa deste documento, que só pode ser considerado muito mau: não só não houve controlo da despesa – em particular da despesa corrente, como a desculpa gasta e de mau pagador da famigerada “contenção” só se aplica, como é hábito no discurso da direita, a alguns domínios: geralmente aqueles que não tocam nos grandes interesses instalados e nas clientelas ou amigos a satisfazer, mas que prejudicam as camadas mais desfavorecidas dos cidadãos do município.

Com excepção das áreas que enumerei e que foram alvo de fortes reduções de verba, o peso relativo dos diferentes programas contemplados nas GOP – sensivelmente o mesmo do ano transacto – revela, de resto, o que o Bloco de Esquerda tem vindo a afirmar relativamente aos orçamentos anteriores: que este executivo não sabe o que quer para Coimbra. Ou, muito pior, a eterna falta de estratégia, a gestão casuística e errática, a incompetência, a falta de transparência – que os malabarismos contabilísticos deste documento demonstram à saciedade – a incompetência, revelam que este executivo nada quer para Coimbra. O modo como o executivo de Carlos Encarnação encara o governo municipal está a anos-luz de qualquer conceito de dever e serviço público. De resto, as célebres rotundas, emblema maior da má gestão de recursos e do despesismo deste executivo, continuam a pontificar no orçamento, como muitas outras rubricas, em tantos outros programas, que deslizam de ano para ano, ou com obra já feita (é o caso das rotundas), significando dívidas possivelmente ad aeternum, ou com obra remetida para as calendas gregas, sobretudo onde estas seriam mais necessárias. Não vale a pena referir o caso das escolas, num município que, graças à incompetência do executivo, nem sequer tem carta educativa, como referiu, já nesta reunião, o meu camarada Serafim Duarte.

Em coerência com a ideologia que defende, o Bloco de Esquerda não pode votar a favor de um orçamento que representa um completo desprezo pelos mais desfavorecidos, pelos mais necessitados, por aqueles que a sociedade teima em colocar à margem, e que a Câmara manifestamente excluiu das suas preocupações. É escandaloso o corte de 35,8% no programa da Acção Social e Família, reduzido, nas GOP, a uns míseros 452 mil euros! São várias páginas de rubricas reduzidas a 10 euros ou a verbas insignificantes: as transferências correntes para as IPSS baixam de 7050 Euros, um montante já escandalosamente baixo, para 10 Euros! Depois de cortes sucessivos nos anos anteriores: de 15 000 euros em 2005 para 8 000 em 2006 (- 53,3%) e nova redução em 2007 para 7.050 (- 12%). Quanto ao apoio às instituições no terreno, de 29000 euros em 2007, passamos para 8540 em 2008, um corte de 70% nas transferências para despesas correntes, para além de um corte de 15000 para 5000 euros nas transferências de capital, ou seja, de 66,6%. E poderia continuar nesta linha, com cortes para zero de montantes já irrisórios, o que revela bem a ínfima importância que têm para este executivo os idosos, a população portadora de deficiência ou os toxicodependentes, contemplados com a mesma soma: 10 euros. Surpreendentemente, programas como Coimbra a Saber (A)mar, cujo interesse não contestamos, mas consideramos de peso inferior ao apoio às instituições no terreno ou ao desenvolvimento de programas de apoio à primeira infância, a idosos, e a cidadãos portadores de deficiência, mais do que duplica a sua dotação, enquanto que o CEIFAC, a única instituição que não tem sofrido cortes nos apoios camarários, vê aumentada a dotação de 15000 para 35000 euros. Quais os critérios que presidem a estas opções, que as instituições no terreno, IPSS e outras, só podem considerar discriminatórias? Que regras presidem à atribuição de subsídios camarários? Parece, efectivamente, reinar aqui – como aliás, a opção pela indefinição e falta de transparência.

Finalmente, há a destacar o corte de verbas para a CPCJ (amputada já no ano passado) e a ausência total de verba para creches (com uns míseros 10 000 euros em apoios a IPSS que contemplam creches, lares e centros de dia), bem como a diminuição de 51% na dotação do Pré-Escolar, programa no qual encontramos apenas verbas que transitam de anos

anteriores, ou seja, dívidas, e programas sucessivamente dotados a 10 euros, reveladores da falta de investimento neste domínio em que a iniciativa tem sido deixada aos privados, com grave prejuízo para as famílias. Estes números desmentem preto no branco o tão apregoado amor pelas criancinhas do Presidente da Câmara que, há sensivelmente duas semanas, prometia mais creches para Coimbra. Não só não se prevê investimento em creches, como nos parece inviável qualquer negociação com as IPSS nesta área, face ao descrédito que um orçamento como este inevitavelmente lança sobre a relação entre a Câmara e estas últimas.

Pretenderá o executivo aniquilar a Divisão de Acção Social da Câmara, condenado à estagnação e inactividade pelo respectivo orçamento? E votará o respectivo Director Municipal, também deputado nesta assembleia, a favor de tal desmando, ou seja, da sua auto-anulação?

E que dizer do contraste entre, por exemplo, a dotação de todo o programa da Acção Social e Família (452.027 euros) e o subsídio à exploração atribuído à TC, empresa municipal de Turismo, no valor de 994.531 euros, ou seja, mais do dobro? É absolutamente necessário que se faça um esclarecimento das competências e atribuições desta empresa – que parece, em muitos casos, sobrepor-se ao departamento de cultura -, bem como dos gastos suplementares que esta empresa representa para o município em relação a um simples departamento camarário. Não ouvimos dizer, do nosso Presidente da Câmara, que a empresa representaria diminuição de custos, e captação de investimento privado? Como se entende, então, um subsídio à exploração? Todos sabemos que as empresas privadas servem para acomodar interesses e tornar as contas públicas menos fiscalizáveis. Esta não será excepção.

Um partido de esquerda, que aja coerentemente segundo uma ideologia de esquerda, não pode deixar de votar contra este tipo de opções.

Por fim, chego à Cultura, uma área que este executivo, desde o início do seu primeiro mandato, parece ter decidido votar progressivamente à extinção. Carlos Encarnação não pára, contudo, de nos surpreender com a dimensão que podemos considerar escandalosamente negativa da sua actuação na cultura, numa cidade com um enorme potencial de desenvolvimento neste domínio, e onde o orçamento municipal é inferior a um qualquer pequeno município sem qualquer vocação cultural. Quando pensávamos que não era possível descer mais baixo, batemos verdadeiramente no fundo:

As verbas destinadas à cultura sofrem um corte de 2 milhões de Euros (51%) em relação ao ano anterior;

O peso da cultura no total do orçamento desce para menos de metade: em 2007 representavam 5,1% do total do orçamento; em 2008 representam apenas 2,4%;

Agrava-se a tendência para o desinvestimento na cultura que é evidente desde 2004: ao longo dos últimos 5 anos, as verbas destinadas à cultura sofreram um corte de 7,4 milhões de Euros – diminuíram 80%! - e passaram de 7,6% do orçamento total para 2,4%.

Os cortes no orçamento para a cultura são transversais aos sete programas que o integram, mas são particularmente significativos no capítulo dos “espaços culturais”, para o qual se prevê apenas 287 mil Euros (menos 78% do que em 2007 e menos 93% do que em 2004). Estarão resolvidos os problemas da cidade quanto aos seus espaços culturais?

Mantêm-se as incoerências detectadas nos outros anos: não se prevê nenhum custo de funcionamento para as duas salas de espectáculo municipais nem para a Casa da Escrita (ao contrário, por exemplo, do que acontece com os espaços de exposições – Pavilhão Centro de Portugal, Edifício Chiado e Casa da Cultura);

Carlos Encarnação continua a adiar a concretização de projectos prometidos no programa eleitoral:

Centro de Convenções/Teatro Municipal (foi prometido para 2004, mas, 4 anos depois,

continuam apenas verbas para “caixilharia” e “obras de consolidação”)  
 Arquivo Municipal (adiado de ano para ano desde 2001)  
 Biblioteca de Santa Clara (desaparece completamente do orçamento)

Se dúvida houvesse de que a CMC quer destruir a Cultura em Coimbra, ou o que resta de política camarária para a cultura, este orçamento desmente-as em definitivo.

Por todas estas razões, o Bloco de Esquerda não só votará contra este orçamento, como continuará a denunciar publicamente a iniquidade humana do seu conteúdo, os erros crassos que contém, no que diz respeito a opções políticas, a falta de uma estratégia de desenvolvimento para o município, e até, finalmente, a condenação de áreas que poderiam ser essenciais a este mesmo desenvolvimento.”

**Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade(PS):**

"Por último cabe-me em nome do Partido Socialista, abordar as propostas referentes aos SMTUC, e ao contrário das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, reconhecemos as dificuldades quanto à prestação do serviço público que são os transportes públicos, sem grandes recursos financeiros.

Sobre esta matérias as nossas posições tem sido claras desde à muitos anos, face ao esforço que é feito, só possível com o empenhamento profissional dos colaboradores dos SMTUC.

Todos estamos de acordo que Coimbra e outras cidades tem sido discriminadas quanto aos financiamentos por parte da Administração Central, aliás recentemente nesta Assembleia e pela voz do meu camarada Vassalo de Abreu, assumimos uma posição contra essa discriminação, mas também condenámos o tipo de campanha que a Câmara desenvolveu e ainda desenvolve com as inscrições nos vidros traseiros das viaturas dos SMTUC.

Porque em abono da verdade, da mesma forma que o Sr. Presidente da Câmara mandou colocar aquelas inscrições, sugeria-lhe que as substituísse, pelas mais recentes novidades, isto é:

**Aquisição de viaturas: Financiamento total: €620.000**

**Apoio do Governo: €536.800**

Trata-se de um acordo de co-financiamento para aquisição de autocarros, outorgado entre o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Governo, através da Direcção-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, em Setembro último.

Como já referi, atendendo às dificuldades e apesar do desaparecimento da ECOVIA, sem alternativas, vamos dar o benefício da dúvida, e a nossa posição política, com muitas reservas, é de abstenção relativamente a este Plano e Orçamento dos SMTUC para 2008."

**Intervenção do deputado municipal José Miguel (CDU):**

"Queria dizer no que respeita as Grandes Opções do Plano dos SMTUC, para 2008, a CDU irá votar contra, não tanto pelo conteúdo do documento em discussão, mas essencialmente como voto de protesto, pela ausência de uma política de rotura, que leve a uma alteração significativa de hábitos enraizados de utilização de transportes públicos individual.

Considera a CDU, que por mais bem intencionado, que os planos de acção dos SMTUC, sejam, estes serão sempre limitados à existência ou ausência de uma política camarária de mobilidade e de promoção do transporte público, em detrimento do transporte individual.

Falamos das vias reservadas ao transporte público, falamos da inexplicável programação de novos parques de estacionamento no Centro da Cidade, a juntar aqueles que nunca deveriam ter sido construídos, falamos de obvias restrições ao uso do transporte individual. Senão vejamos, hospitais da Universidade de Coimbra e a própria Universidade de Coimbra, dois dos maiores pólos de concentração de pessoas na cidade e aonde poucos deverão ser aqueles que abdicam do seu transporte individual.

Que soluções estão a ser pensadas para a resolução do amontoado de carros que ali se juntam. Criação de mais parques de estacionamentos subterrâneos nomeadamente na Praça D. Dinis, na Praça da República, e nos próprios HUC.

Tem sido esta a pratica mais comum e que a CDU sempre contestou. É de facto necessário que existe coragem política para colocar em prática medidas de restrição ao automóvel que toda a gente diz ser necessárias, mas que ao mesmo tempo gozam de impopularidade, sobre pena de se colocar em causa a existência deste serviço de transporte público municipal por falta de sustentabilidade.

Nos últimos 6 anos apesar das melhorias efectuadas com a renovação da frota entre outras, o número de passageiros tem-se mantido sem grandes alterações, tendo inclusivamente a taxa de ocupação global descido em virtude do aumento da oferta de carreiras e veículos.

Esta taxa de ocupação global que tem vindo a rondar os 20% significa, em última estância que apenas se está a utilizar 20% do potencial dos SMTUC, quer humano, quer material. Significa que existe um desaproveitamento de recurso que tem implicado uma despesa anual à autarquia por volta de cinco milhões e meio de euros, dos quais não se obtêm o devido retorno ao nível de redução de tráfego automóvel, ao nível de melhoria de qualidade do ar, ao nível de circulação pedonal, etc. etc. Porque se facilita a opção individualista. Significa se este cinco milhões e meio de euros são gastos aqui, não são gastos noutro lado, por outras palavras, e como o vereador Gouveia Monteiro já o afirmou, imaginamos um hospital ou uma escola, onde apenas ocupamos 20% do espaço, e dos recursos humanos, poderão muitos dizer, que é o tópico de conseguir taxas de ocupação de 100% para os transportes públicos. É verdade, mas pelo menos taxas de ocupação próximas dos 50%, poderão dizer que não vasta criar restrições ao transporte individual e que é necessário aumentar a qualidade do serviço prestado principalmente a nível da velocidade comercial global, que desde há 6 anos a esta parte, que se tem mantido na casa dos 17Km hora. É verdade também, mas para aumentar a velocidade comercial, só diminuindo o tráfego e criando vias exclusivas para transportes públicos.

Por último referi-me aos aumentos sucessivos dos tarifários e que em média tem rondado nos últimos 3anos os 5%, no caso do passe social geral.

Na opinião da CDU, também aqui a solução ao aumento de tais encargos nomeadamente do combustível deveria passar pelo aumento da taxa de ocupação.

Por tudo isto, a CDU, ao mesmo tempo que vota contra, lança o desafio ao executivo camarário, para que, saiba dar uso ao potencial dos SMTUC, enquanto serviço público, saiba justificar porque é que se aposta cerca de 7% do orçamento da autarquia, num transporte público municipal de qualidade, saiba ter mais força, para reclamar junto da Administração Central, a tal compensação pelas despesas tidas com o serviço social prestado diariamente pelo SMTUC."

### **Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldés (Por Coimbra):**

"A bancada da maioria, não vai votar naturalmente este orçamento, vai votar favoravelmente este orçamento porque tem razões, obvias, aquelas que resultam exactamente dos documentos que todos os senhores receberam e que são razões preponderantes e que nos motiva a votar este orçamento porque nele vamos ter confiança, quanto à sua execução.

Aliás vasta olhar, para a forma como o actual executivo, de alguma forma geriu, todos os processos orçamentais desde 2005, 2006, 2007 e este para 2008, verifica-se que efectivamente esta Câmara Municipal, não gere estes orçamentos como um supermercado de ilusões.

Esta Câmara Municipal tentou de alguns anos atrás, 2005 por exemplo, em que o orçamento apresentado foi de 168 844mil, é evidente que a execução orçamental deste ano, foi uma execução orçamental baixa. Na altura que votou este orçamento, se calhar ficaram contentes com perspectivas, mas, nos temos que aproximar o realismo à realidade aos recursos que são escassos, àquilo que efectivamente resulta das nossas receitas, e as nossas receitas tem que ser geridas de acordo com as prioridades, com as prioridades políticas deste executivo, e é nessa perspectiva que efectivamente nós entendemos que actualmente está a ser seguido o caminho correcto, ou seja, o caminho que tenta aproximar aquilo que de alguma forma é o disponível daquilo que efectivamente é, possível realizar.

O orçamento de 2005 como se recordam foi de 168 milhões, este ronda os 128 milhões, com um pequeno decréscimo em relação ao ano de 2007.

Ouvi há pouco também, com alguma estupefacção parece que algum dos senhor deputados que me antecederam e com o devido respeito, pela forma como analisam este documento que existe algum autismo na maneira como analisam portanto as contas que são apresentadas, ou seja, vêm situações que, parece que, de alguma maneira este executivo está a gerir esta câmara contra os interesses de Coimbra, não está! E se quisermos ter alguma honestidade política verificamos que efectivamente este orçamento prevê dotações em relação a opções estratégicas que são fundamentais, para o desenvolvimento da Cidade. E os senhores que há bocado falaram, quiçá ninguém todos tem razão, ninguém porém tem falta de razão na sua totalidade, alguma coisa efectivamente porque ninguém é dono da verdade, temos que ser sensatos e temos que ser equilibrados na maneira como analisamos as coisas. Mas o certo é que se verificarmos este orçamento, e verificarmos que esta câmara municipal e este executivo, entendeu determinar como prioridade básica o planeamento reabilitação requalificação urbano, o que é que queriam que se fizesse, por exemplo à requalificação urbana, ou em relação à reconstrução e renovação urbana, ou mesmo em relação à reabilitação dos Centros Históricos, não ouvi ninguém concretamente falar sobre esta matéria, os senhores acham que isto não são prioridades cruciais, em relação ao abastecimento de água, saneamento e às infraestruturas sanitárias de higiene pública que aliás foram desenvolvidas como uma grande opção deste executivo, algo que trouxe e perguntem aos senhores presidentes de juntas de freguesia, o que é que eles sentem nas perspectivas freguesias naquilo que foi feito nos últimos anos, perguntem e vejam concretamente isto são percentagem consideráveis deste orçamento nem tudo está mal. Evidentemente que existe em função das prioridades e da análise que cada um faz, é evidente que uma ou outra verba poderia ser desviada para este ou aquele ponto, mas o que é certo é que as prioridades, são prioridade e acima de tudo opções, e as opções em política é assim, cada um assume as suas responsabilidades. Este executivo assume as responsabilidades por estas opções, e vai responder perante aos cidadãos de Coimbra em função destas opções.

Mas ainda relativamente as acessibilidade onde existe efectivamente verbas e dotações consideráveis

Fiquei de alguma maneira satisfeito, em relação ao Coimbra I Parque relativamente à actividade empresarial existe essa preocupação, existe independentemente das juntas de freguesia se poderem queixar, efectivamente com os protocolos e na delegação de competências, poderão queixar-se é sempre pouco, mas pensem numa coisa, os recursos são escassos, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais, são limitados, nós não podemos continuar a aumentar os impostos, mesmo em relação aos

municípios, mesmo em relação aos impostos directos, mesmo em relação à receita corrente que efectivamente não pode aumentar muito mais.

É evidente que é em função disto que nós entendemos que este executivo tem de alguma maneira propôs, estas opções e que nós entendemos como razoáveis.

Queremos realçar apenas, aqui também o seguinte, é que efectivamente este esforço, um esforço notável de equilíbrio financeiro, de consolidação orçamental e que permite verificar que efectivamente o endividamento líquido desta autarquia ronda apenas os 6 milhões de euros, foi exactamente um avanço significativo, é algo de importante, é algo que nos permite ter confiança na capacidade económica desta Câmara Municipal porque tem também uma grande capacidade de endividamento que a poderá utilizar de acordo com aquilo que entender.

Por último queria deixar aqui uma pequena nota em relação ao esforço efectivamente que os serviços municipalizados têm feito no desenvolvimento da actividade, que tem a ver concretamente com grande esforço que nós reconhecemos. Nos novos autocarros, nos novos sistemas de mobilidade, efectivamente pensamos que os SMTUC merece também o nosso voto favorável porque acima de tudo tem feito os possíveis para ir de encontro aos interesses dos cidadãos de Coimbra."

**Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):**

"Não queria deixar de passar a oportunidade, de em relação ao plano e orçamento, só para especificar aqui algumas situações no que diz respeito à educação, sendo que o Pinto Ângelo já referiu o aspecto abrangente. Uma questão que o deputado Pinto Ângelo relevava do orçamento, que é a questão das despesas que o município, está a ter com a educação que são superiores aquilo que recebe em termos centrais. Só queria deixar aqui uma nota, que realmente isto é as consequências desta transferência de competências sem no fundo com as devidas contrapartidas.

É evidente que este crescente de despesa com a dita nova escola do 1º ciclo, trouxe despesas acrescidas, penso que as autarquias tem a experiência do programa de componente de apoio à família da educação pré – escolar que sabem muito bem, que por via desse programa as coisas estão mais bem definidas e parece-me que os prejuízos não são tão acrescidos. Portanto será tempo das autarquias tentarem negociar para o 1º ciclo um modelo semelhante como é para o pré escolar de componente de apoio à família em que as despesas, embora, o Estado não tenha para 2007 actualizado as participações do poder central para a componente apoio à família.

No que diz respeito a rubricas mais específicas na área da educação a CDU, congratula-se obviamente com a aposta no alargamento da rede pública dos jardins-de-infância, este ano Coimbra e a Cidade que estava muito mal servida de rede pública, tem um novo jardim-de-infância, irá ter o de Monte Claros em breve, e estão aqui previstos a construção de mais dois, na Mesura, e na Marmeleira, portanto entendemos isto como positivo, aliás quando até a política do Governo apela tanto ao combate do insucesso escolar e nós sabemos bem que na aposta desta faixas etárias e neste grupo etário que se começa a apostar realmente na prevenção do insucesso promovendo realmente processos formais de aprendizagem.

Em relação à educação pré-escolar, acho que o contrario disto foi o um bocado que o Dr. Carlos da Encarnação fez com a escola do 1º ciclo de Quimbres, que cedeu o espaço para a IPSS da localidade poderia se ter lembrado de reconstruir um jardim-de-infância e reverter num jardim-de-infância público, porque um jardim de infância público ali não existe foi uma falha, é esta a minha opinião.

Depois e tendo em conta realmente as novas exigências, para a escola do 1º ciclo, que obviamente decorrem de um conjunto de orientações deste Governo e deste Ministério da Educação, que definiu um conjunto de orientações, que no fundo eram para ser para ontem,

e não foram programadas para um tempo útil em que houvesse condições físicas de resposta e de espaço para isso.

É evidente que vemos aqui neste plano, um investimento nos refeitórios de algumas escolas, que não estão realmente com refeitórios, nomeadamente St<sup>a</sup> Cruz e outras, acho estranho contudo que não tenha sido encontrada, uma solução para a escola dos Olivais. As crianças da escola dos Olivais estão a fazer as suas refeições do almoço, em condições muito más, numa sala improvisada do ISCA, isto são queixas feitas pelas associações de pais que são públicas.

Já agora dizer, que em termos de verbas e orçamento previstos e em termos de pessoal não à verba especificidade para o pessoal auxiliar mas é evidente que se nota uma falha muito grande, isso é inclusivamente público é uma denuncia feita pelas associações de pais, há uma falha muito grande de números de auxiliares disponíveis para o acompanhamento das crianças nomeadamente nas escolas do 1ºciclo, há uma situação na escola da Feteira em Cernache, em que as actividade de enriquecimento curriculares não arrancaram por falta de pessoal auxiliar, depois há um cuidado que não tem a ver com o orçamento, mas tem a ver com a Câmara e com as suas estratégias que penso que poderia ser revista que é o facto de constantemente mudar as auxiliares que estão a acompanhar as actividades extras curriculares o que cria nos pais alguma instabilidade, hoje é uma senhora daqui a três dias é outra, e não parece muito correcto.

Queria chamar a atenção de uma coisa neste contexto de Coimbra ter um parque escolar em que as escolas do 1ºciclo nomeadamente estão ainda em condições físicas, e em qualidade de espaços muito má, é evidente que se prevê aqui um conjunto de requalificação e de beneficiação em cerca de nove escolas, mas tendo em conta que o nosso parque escolar, ainda é realmente muito mau em relação ao que deveria ser, há um conjunto de escolas, que realmente necessitam de uma intervenção imediata, estou a lembra-me da escola de St<sup>a</sup> Cruz, Antuzede.

Uma das coisas que verifiquei neste plano e que me suscitou dúvidas, que critérios para priorizar e num ou noutros locais, penso que um dos critérios tem de ser realmente a má qualidade dos espaços, St<sup>a</sup> Cruz e Antuzede são duas situações na minha perspectiva graves.....

Em relação a estas rubricas que estão contempladas no orçamento, era bom que realmente a Câmara Municipal tivesse o cuidado e a beneficiação num conjunto de escolas que estão assinaladas e a previsão da construção de alguns refeitórios, parece que vai ao encontro desta minha preocupação que é realmente fase a esta imposição para ontem de que as escolas do 1º ciclo tem que dar outra resposta sem terem os espaços adequados, que a Câmara de Coimbra providencie a qualidade dos serviços prestados às nossas crianças seja outra.

Já agora em relação à carta educativa, já aqui foi referida as suas declarações em relação à carta educativa, todo a gente sabe, que a carta educativa de Coimbra está chumbada, veio a esta assembleia à um ano e que não foi homologada, faz parte das 24 que estão em fase de aprovação, segundo os dados do Ministério há 226 cartas educativas já aprovadas a de Coimbra está na fase de avaliação.

Senhor Presidente da Câmara a minha dúvida é só uma, li as suas declarações da última Sessão de Câmara, mais uma vez ficou aqui claro na sua intervenção que é contra a esta imposição que o Governo e esta Direcção Regional está a impor, estamos a falar na carta educativa que veio aqui há um ano, ou seja, a carta educativa que desde Fevereiro, até agora não houve nenhum procedimento, no sentido de reformular a carta educativa. Qual a carta educativa, que a DREC está a chumbar? É a primeira ou já está a chumbar, a segunda? Que não passou pelo conhecimento dos deputados municipais é a minha dúvida.

Dr. Carlos de Encarnação fazendo jus suas declarações, tendo em conta que Coimbra não pode entrar no bolo dos cem milhões de euros distribuídos para a Região Centro para a renovação do parque escolar, por não ter carta educativa, porque a DREC não homologou, o apelo que faço ao Sr. Presidente da Câmara, é que não tome uma atitude tão passiva como tomou, a este encerramentos que se verificaram agora em Setembro, e que não permita que se encerre nem mais uma escola do concelho de Coimbra, enquanto Coimbra não tiver condições e tiver uma carta educativa e tiver verbas, porque senão vamos continuar a encerrar para as crianças irem para as escolas de acolhimento que tem as mesmas condições que tinham antes de irem para lá. Porque não foram remodeladas nem requalificadas.

Portanto é este desafio que a CDU aqui deixa, não temos carta educativa porque a DREC não homologou, é evidente que encerrar todas as escolas até 20 alunos, é fechar praticamente o concelho de Coimbra, é obvio que a CDU, está de acordo com a negação desta evidência, agora a Câmara também tem que ter outra postura, e não permitir que se continue a encerrar escolas no concelho, sem estar criado outro tipo de condições e sem se discutir efectivamente a carta educativa de Coimbra."

### **Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):**

"A nível nacional o PS, é hoje responsável pela governação do País.

Para os portugueses era necessário há três anos que se tomassem medidas suficientemente reformadoras e credíveis que levassem à ultrapassagem da crise então instalada.

A crise, para além dos aspectos financeiros, económicos e sociais era fundamentalmente sustentada pelo desalento, pela falta de confiança no futuro colectivo, pela ausência de um projecto mobilizador. A verdade é que, embora muitos aspectos da governação tenham sido controversos gerando contestação e perplexidades o país estabilizou a níveis de contas públicas, ganhou credibilidade no estrangeiro. Os portugueses vêem já, alguma esperança renascida para uma vida melhor, sabemos que ainda nem todas as reformas estão dar os frutos esperados, alguns talvez não venham mesmo a dar, mas há um plano, há uma ambição há uma crença no futuro.

Como diz o filósofo José ...., a positividade no discurso do poder, é o imperativo para tentar persuadir o povo a acreditar no futuro.

Mas é necessário que às palavras se adque a realidade, ao sentimento popular para que a população aceite como verdade e seja mobilizada por ela. Essa é uma das razões que leva a população a acreditar no PS, como dizem as sondagens, para além de não existirem até agora, uma alternativa credível ao que está a ser feito.

Mas vamos aos problemas da Cidade.

O PS pensa que na nossa cidade, ao contrário do clima de alguma esperança que se sente na governação do país, há uma descrença generalizada na capacidade do Executivo Camarário, uma convicção de ausência de estratégias que levem a modernização da nossa Cidade. Mais grave, estão generalizadas ideias negativas sobre a inoperância da actuação da Câmara resultantes da confusão e dos conflitos constantes de equipa, dando a sensação que a presidência se arrasta por um mandato sem brilho, sem obras, sem planos, sem tropas.

É neste contexto que nos aparece o orçamento e o plano de 2008, que esquece por completo o Plano Estratégico do Concelho de Coimbra, mostrando-nos uma Câmara endividada até para os pequenos fornecedores, com a maioria das Juntas esquecidas e sem verbas, com os projectos fundamentais, como o convento de S. Francisco adiado para melhores dias.

E referimos outros dados, os parques empresariais novos, têm a dotação de zero a dez euros.

O apoio à dinamização para as actividades empresariais é quase nulo,.. e como nos lembramos daquilo que diziam do Manuel Machado.

O apoio ao comércio tradicional é também quase nulo, a cultura continua muito mal tratada, e o vereador do desporto Dr. Luís Previdência, só se houver mesmo um milagre financeiro é que pode esperar algum desenvolvimento para o desporto da nossa cidade.

Não estou a inventar, ver a acta nº59 na página 10 do mês passado. A dívida da Câmara, sem mistificações é de perto 20 milhões, senão considerarmos o Estádio Municipal.

É evidente que sabemos que 2009 tem outras verbas, só para dar um exemplo posso referir o Convento de S. Francisco de 5 mil euros, este ano vai passar para 13milhões em 2009. Mas há outras, para a promoção da habitação deste ano só uma verba de 6,8 milhões em 2009 passa para 24 milhões, palavras para quê! Dou mesmo os parabéns ao Dr. Marcelo Nuno, porque ele consegue, à falta de capacidade financeira, juntar-lhe a sua capacidade de fantasiar um pouco estas contas. A forma como correu, a gestão em 2007, veio dar-nos razão e realçou ainda mais que tudo o quanto significativo, e de importante acontece em Coimbra, é obra do Governo, ou então é a finalização dos projectos dos anteriores executivos.

Senhor Presidente, Srs. Vereadores Srs. deputados a análise que o PS faz da execução deste executivo é altamente negativa, e não é perceptível que no orçamento e plano de 2008, algo que nos leva a acreditar na possibilidade de mudança num marasmo actual, pelo que o nosso voto vai novamente ser contra a este estado de coisas que no essencial mantêm as políticas do ano anterior e justificaram a nossa reprovação no ano transacto."

#### **Intervenção do Presidente da Câmara**

"Senhor Presidente, senhores membros da Assembleia, estava preparado para fazer um longo discurso respondendo a tudo o que V. Exas. disseram com razão ou sem razão, ao longo destas últimas cinco horas. Mas, comecei a olhar para a vossa cara, comecei a pensar nas vossas famílias, e creio que a única coisa que devo dizer nesta altura é Bom Natal e Feliz Ano Novo."

#### **O Presidente da Mesa colocou à votação os pontos que se seguem:**

##### **Ponto 2 – Câmara Municipal de Coimbra Grandes Opções Plano e Orçamento para 2008:**

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 11 de Dezembro corrente, e nos termos da alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria (com 28 votos a favor, 22 votos contra e 5 abstenções), aprovar os documentos previsionais para 2008 "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008" da Câmara Municipal de Coimbra";

Aprovar a autorização para contratar empréstimos de curto que venham a tornar-se necessários durante o período de vigência do Orçamento para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, nos termos do artº38º, nº3 e 7, da Lei das Finanças Locais (LFL), até ao limite de endividamento permitido, no artº 37º e no nº1 do artº39º da LFL;

Aprovar a delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

#### **Declaração de voto de Maria Reina:**

"Apesar da excelente apresentação gráfica do orçamento apresentado pelo Dr. Marcelo Nuno, que gostei imenso, achei que as suas referências foram também estratégicas e convenientes, mas na verdade não nos convenceram. É fácil os números são aquilo que

todos nós sabemos, porque dois e dois não é quatro sempre, e é o que acontece aqui, não me convenceram é a mim obviamente, a questão é também quando dizemos, “por quem sois” é uma questão de português.

Mas eu rectifico não me convenceram, a mim, e apesar da interferência dizia, que, com os números fazemos o que queremos, que dois e dois nem sempre são quatro mas reconheço que tem habilidade em apresentar as coisas.

Por tudo aquilo que já disse antes, e por considerar que este orçamento reduz a gestão municipal, a números, o que transforma o munícipe num mero número, o que as melhores políticas sociais, passando tudo a ser cifrões tudo em nome de uma pseudo contenção que nós também não as vemos para equilibrar umas contas que também não nos parecem que estejam equilibradas.

Consideramos que a cidade, o município é feito de pessoas e não de números, as políticas e os investimentos são feitos para as pessoas e com as pessoas, ou então o que isto nos parece é que nos apresentou um número de um bom gesto, mas não passou só disso, por isso me absteve."

### **Ponto 3 – Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008:**

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 11 de Dezembro corrente, e nos termos da alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria (com 34 votos a favor, 9 votos contra e 12 abstenções), aprovar as "Grandes Opções do Plano e Orçamento" dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2008.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 4 – Taxa Municipal de Direito de Passagem -2008:**

Nos termos da alínea e) do nº2 do artº 53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta aprovada pela Câmara em 3 de Dezembro último.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

### **Ponto 5 – Rede Internacional de Cidades Educadoras – adesão:**

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de Outubro passado, e nos termos da alínea m) do nº 2 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a aderir à Associação Internacional das Cidades Educadoras, mediante o cumprimento dos princípios enunciados na Carta das Cidades Educadoras, e o pagamento da quota anual de 650€

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

### **Ponto 6 – Grupo Amador de Teatro de Taveiro – Adenda ao Protocolo:**

Sob proposta da Câmara datada de 30 de Julho de 2007, a Assembleia deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a adenda ao Protocolo de cedência de terreno, celebrado entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Grupo Amador de Teatro de Taveiro, cujo teor prevê a renovação do referido Protocolo e a alteração do prazo máximo para a construção de referido equipamento, que passa a ser até ao final de 2009, e cuja minuta fica apensa à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

**Ponto 7 – Auditoria externa – informação sobre a situação económica e financeira do Município:**

A Assembleia tomou conhecimento dos documentos apresentados sobre o assunto em epígrafe.

**Ponto 8 – Coimbra Viva SRU-Sociedade de reabilitação Urbana, SA- Isenção de Taxas:**

Sob proposta fundamentada da Câmara Municipal datada de 3 de Dezembro corrente, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a dispensa de taxas urbanísticas relativas à parcela B tal como definida no artº118º do RMUE, em operações urbanísticas a levar a cabo nas unidades de intervenção, da reabilitação urbana na Baixa de Coimbra.

As mesmas operações urbanísticas serão dispensadas das taxas de ocupação e utilização de espaço público, previstas no Capítulo V, Secção I, artigos 144º a 149º n.º 9 do RMUE.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação minuta da acta da sessão realizada em 01 de Outubro último, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, tendo em conta qualquer correcção dos membros da Assembleia.

**Comissão de Acompanhamento ao Plano Director Municipal:**

A terminar a sessão, foi apresentada pelos líderes municipais, uma proposta da constituição, a nível da Assembleia Municipal, da comissão de acompanhamento ao Plano Director Municipal, a saber:

-Dr. Moisés Geraldês da Silva--"Por Coimbra"

-Dr. José Manuel Ferreira da Silva--PS

-Dr. João Pinto Ângelo--CDU

-Dra. Catarina Martins--BE

Esta proposta foi aprovada, por unanimidade.

E sendo 20 horas e 30 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.